GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC

Clipping IMC 2011-2014

CLIPPING 2011

Veículo de Comunicação: Agência do Governo

Link: http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/instituto-de-mudancas-climaticas-promove-treinamento-em-servicos-ambientais-42696#y=0

Data: 23.06.2011

Instituto de Mudanças Climáticas promove treinamento em Serviços Ambientais

O Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), ligado ao governo do Acre, em parceria com a ONG Forest Trends realizou durante os dias 16 e 17 um treinamento em Serviços Ambientais e a Lei do Sistema Estadual aos Serviços Ambientais (Sisa) para técnicos, instituições de governo e ONGs.

O treinamento teve como objetivo apresentar noções básicas sobre serviços ambientais, lógica de pagamento, incentivos e compensação de serviços ambientais, os passos básicos para elaboração de projetos de pagamento e compensação por serviços ambientais (PSA) e Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD).

De acordo com o instrutor do curso e diretor da ONG Forest Trends, Beto Borges, os ecossistemas naturais prestam inúmeros benefícios para a sociedade no que diz respeito à regulação do clima, conservação da biodiversidade, fertilidade dos solos para agricultura dentre outros.

“A vida da humanidade não seria possível sem estes serviços. Formas de pagamento e compensação por serviços ambientais (PSA) têm o potencial de gerar novas fontes de recursos para a conservação da biodiversidade e melhorar os meios de sustento das comunidades locais, recompensando as que vivem na floresta e outros setores da sociedade que zelam e conservam os serviços ecossistêmicos”.

Em outubro de 2010, o Estado do Acre aprovou o Sistema Estadual

aos Serviços Ambientais (SISA), por meio da Lei Nº 2808. O SISA tem o objetivo de incentivar práticas produtivas sustentáveis com a valorização da floresta em pé e com isto ter como resultado a manutenção e a ampliação da oferta dos seguintes serviços ecossistêmicos: sequestro, conservação, manutenção e aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; conservação da beleza cênica natural; conservação da sóciobiodiversidade; conservação das águas e dos serviços hídricos; valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; conservação e o melhoramento do solo.

Segundo o diretor presidente do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Eufran Amaral, nesse momento o mais importante é informar e capacitar os diferentes atores envolvidos nesse processo para garantir uma perfeita sintonia entre técnicos, instituições de governos, ONGs, indígenas, agricultores, pecuaristas e comunidades para a elaboração de projetos de pagamento ou compensação dos serviços ambientais implementando como determina a Lei do SISA.

CLIPPING 2011

Veículo de Comunicação: Agência do Governo

Link: http://maxsuelmaia.blogspot.com.br/2011/08/alunos-do-ifac-xapuri-na-expoacre-2011.html

Data: 01.08.2011

*Agência de Notícias

Alunos do Ifac Xapuri na Expoacre 2011

Um grupo de estudantes do Instituto Federal do Acre (Ifac) do curso técnico em ambiente de Xapuri esteve nesta sexta-feira, 29, no estande do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) na Expoacre, onde também estavam localizados os estandes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) e Instituto de Terras do Acre (Iteracre). Os estudantes puderam conhecer detalhes sobre a Lei do Sisa, que iniciou suas atividades em 2011 através da estruturação de seus instrumentos de participação, gestão, fomento, controle e registro, composto pelas seguintes instituições: Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais,

CLIPPING 2011

Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento, e Comitê Científico e Ouvidoria do Sisa.

Durante a palestra também foi informado aos alunos do Ifac a respeito dos serviços ecossistêmicos previstos no programa como a conservação da beleza cênica, regulação do clima, conservação da água e dos recursos hídricos, valorização do conhecimento tradicional e conservação do solo. Indígenas, pequeno e médios produtores, por exemplo, podem ser inseridos nesse programa.

O Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) realiza desde o dia 27 de julho e vai até 27 de setembro o período de consultas públicas dos indicadores para o monitoramento da implementação adequada do Sistema Estadual de Incentivos aos Serviços Ambientais (Sisa). O objetivo é dar continuidade ao processo de consultas públicas para implantação do programa.

Como objetivo específico, o projeto visa verificar se princípios e critérios estão sendo garantidos. Por exemplo: os direitos dos povos indígenas, populações tradicionais e comunidades locais, direito às terras, territórios e uso dos recursos naturais, se existe participação desses atores no desenho, implementação e avaliação do programa ISA Carbono e se há repartição dos benefícios gerados pelo programa entre seus beneficiários.

Para conseguir atingir esse objetivo, serão realizadas reuniões e oficinas para apreciação da proposta de indicadores do Sisa. As reuniões, além de nivelar conhecimentos, visam o recebimento de recomendações por parte de representantes de produtores rurais e extrativistas, indígenas, bem como de instituições governamentais e não-governamentais, a fim de definir indicadores com interpretação específica para o Estado do Acre, em conformidade com a

visão da sociedade acreana. O ofício com detalhes da consulta pública pode ser baixado no site www.ac.gov.br.

CLIPPING 2011

Veículo de Comunicação: Agazeta do Acre

Link: http://agazetadoacre.com/noticias/imc-discute-os-principios-de-implementacao-da-lei-do-sistema-estadual-de-incentivos-a-servicos-ambientais-com-produtores-familiares-2/

Data: 16.08.2011

IMC discute implementação da Lei do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais com produtores familiares

Oficinas e coleta de sugestões serão realizadas de 17 a 19 deste mês na sede da Fetracre

O Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) em parceria com a ONG CARE Brasil realiza nos dias 17 e 19 de agosto, na sede da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Acre (Fetacre), o processo de consulta dos indicadores dos princípios socioambientais do programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Ambiental (REDD+). O objetivo é dar continuidade ao processo de consultas públicas para implantação do programa ISA Carbono.

São esperados cerca de 40 produtores rurais representantes das regionais do Vale do Juruá, Purus e Acre. As oficinas serão ministradas por técnicos do IMC, Seaprof, IMAC e Sema.

Durante as oficinas serão discutidos temas como Sistemas Tradicionais de Produção, Serviços Ambientais e Mudanças Climáticas, Florestas como provedora de serviços ambientais, Integração das Políticas Públicas do Acre e Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre.

A Lei do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa)

iniciou suas atividades através da estruturação de seus instrumentos de participação, gestão, fomento, controle e registro, composto pelas seguintes nstituições: Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais, Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais, Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento, e Comitê Científico e Ouvidoria do Sisa. Em relação aos instrumentos de participação e gestão, o momento é de continuidade de um processo iniciado em 2010, cuja fase atual prevê a implementação do Sisa, através do Programa ISA Carbono.

Nesse sentido, em cooperação com a CARE Brasil, o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação dos Serviços Ambientais do Acre executa o projeto "Testes de campo dos padrões socioambientais de REDD+ junto ao Programa de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre". Esse projeto tem como objetivo geral averiguar o uso de uma ferramenta de avaliação do desempenho social e ambiental do Programa ISA carbono. Este procedimento está sendo coordenado pela CCBA (Aliança pelo Clima, Comunidade e Biodiversidade) e esta sendo executado em outros países. No Brasil, o Acre é o único Estado a participar do processo.

Como objetivo específico, o projeto visa verificar se princípios e critérios estão sendo garantidos como forma de manter os direitos dos povos indígenas, populações tradicionais e comunidades locais. Direito às terras, territórios e uso dos recursos naturais. Se existe participação desses atores no desenho, implementação e avaliação do programa ISA Carbono e se há repartição dos benefícios gerados pelo programa entre seus beneficiários.

Para conseguir atingir esse objetivo serão realizadas reuniões e oficinas para apreciação da proposta de indicadores do Sisa. As reuniões, além de nivelar conhecimentos, visam o recebimento de recomendações por parte de representantes de produtores rurais, bem como de instituições governamentais

e não governamentais, a fim de definir indicadores com interpretação específica para o Estado do Acre, em conformidade com a visão da sociedade acreana. (**Assessoria IMC**).

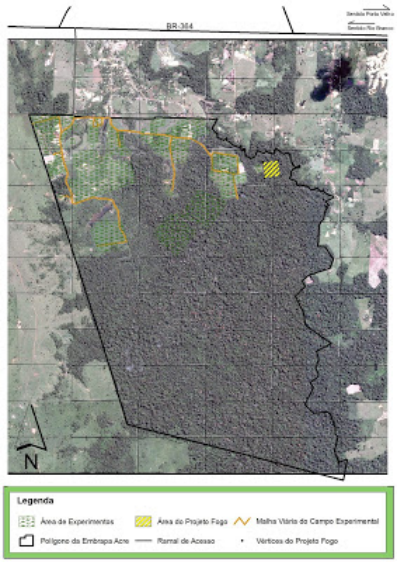
CLIPPING 2011

Veículo de Comunicação: Combustão em Meio Ambiente

Link: http://combustaoemeioambiente.blogspot.com.br/2011/08/os-preparativos-para-queima-rio-branco.html

Data: 17.08.2011

Preparativos para a Queima - Rio Branco, Acre / 2011



Mapa da área de pesquisa

Desde o dia 17/07 até o dia 13/08 José Carlos, do LCP/INPE esteve trabalhando na área de Rio Branco, Acre, dentro da área da EMBRAPA. Neste período foi finalizado da caracterização da área de 4 hectares, e o levantamento florestal no hectare central, onde foram localizadas 456 árvores, com DAP maior que 10.

Informamos que foi autorizado o corte da área de 4 hectares, pelo IMAC/Acre, LAU 139/2011, no dia 29 de julho de 2011. Após a liberação iniciou o corte da respectiva área que foi finalizado em 10/08. Agora estamos em uma segunda etapa, o qual aguardamos a autorização para a queima, foi feita uma

reunião junto aos dirigentes da EMBRAPA Acre, IMAC, Instituto de Mudanças Climáticas do Acre, no Ministério Público de Rio Branco, AC, onde foi tudo esclarecido os detalhes e a importância desta pesquisa para a sociedade em geral.

Também agradecemos ao Dr. Eufran (Diretor Presidente do IMC), Dr. Sebastião Fernando (Presidente do IMAC/AC), Dr. Judson Valentim (Chefe Geral da EMBRAPA Acre), Dr. Falberni Costa e Dr. Marcus D'Oliveira (Pesquisadores da EMBRAPA Acre), pelo esclarecimento e justificativas científicas nos documentos que submetemos para autorização.

Informamos que a data para o grupo estar em Rio Branco, como previsto anteriormente, continua entre 20 e 30 de Setembro e o dia da queima está programando para o dia 27 de Setembro.

CLIPPING 2011

Veículo de Comunicação: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

Link: http://www.ipam.org.br/noticias/Assista-Conferencia-do-IPAM-na-COP17-REDD-e-o-Estado-do-Acre/1544

Data: Dezembro de 2011

Assista: Conferência do IPAM na COP17 – REDD + e o Estado do Acre

Sistema de Incentivos a Serviços ambientais (SISA) é apresentado à comunidade internacional.

A representante do IPAM Andréa Azevedo e a representante do Instituto de Mudanças Climáticas do Acre (IMC) Mônica De Los Rios participaram hoje (05) da conferência *The GovernmentofAcre's "System of Incentives for Environmental Services" (SISA): PreliminaryResearch, Analysis, andRecommendations for theWorld'sLeadingJurisdiction-Wide REDD+ Program* , em Durban, África do Sul, durante a COP17.

Os principais assuntos da conferência foram o programa SISA (Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais) e seus benefícios ao Estado do Acre, e o Programa REDD+, onde os temas abordados foram os mecanismos para promover a iniciativa de um comercio sustentável e uma economia de

baixo carbono.

Durante a Conferência, Andréa Azevedo disse que o IPAM juntamente com a Embrapa do Acre, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Forest Trend estão fazendo vários estudos e análises para ajudar o Acre a fortalecer o programa SISA, pois o Estado atualmente está desenvolvedo uma série de decisões operacionais dentro deste programa, e nesse momento conhecimento técnico e análises são muito importantes.

Mônica De Los Rios, representante do IMC, também destacou a importância da parceria entre o Governo do Acre, IMC e do IPAM para o desafio principal do Estado do Acre, que é conseguir mediar o desenvolvimento do Estado, de sua população e a conservação da Floresta Amazônica.

Assista ao vídeo completo:

unfccc4.meta-fusion.com/kongresse/cop17/temp/play.php?id_kongresssession=4399&theme=unfccc

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC

CLIPPING IMC 2012

CLIPPING 2012

Veículo de Comunicação: Portal da Amazônia

Link: http://www.portalamazonia.com.br/editoria/meio-ambiente/acre-lanca-base-para-economia-verde/

Data: Janeiro de 2012

Acre cria base para economia verde

Documento visa direcionar as ações ligadas as questões ambientais para 2012

RIO BRANCO – Instituições Ambientais no Acre se reuniram para elaboração do relatório geral do cenário ambiental e de desenvolvimento sustentável do Estado. O documento é à base de correção e ampliação dos planos de ação das instituições ligadas ao meio ambiente para 2012.

"A articulação destas instituições é fundamental para fortalecer a redução das emissões de carbono na atmosfera, para incrementar o desenvolvimento sustentável e produção rural, além de lançar as bases de economia verde no Acre", acentua o diretor presidente do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) e presidente do Comitê, Eufran Amaral.

Para Eufran as ações de todas essas secretarias complementam-se no combate ao desmatamento e à degradação e mantêm o Acre em posição de vanguarda quando o assunto é o desenvolvimento sustentável e mitigação dos impactos causadores das mudanças climáticas globais.

Participaram do debate o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), pela Secretaria de Meio Ambiente (Sema), pelo

CLIPPING 2012

Instituto de Terras do Acre (Iteracre) e Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac).

Também apoiaram a causa Secretaria de Florestas do Acre (SEF), Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof).

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) representada pelo Comitê gestor de Mudanças Climáticas do Acre tem como uma de suas missões, a construção deste relatório, que visa direcionar as ações de questões ambientais.

CLIPPING 2012

Veículo de Comunicação: Suframa

Link: http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=12499

Data: Março de 2012

Instituições apresentam exemplos de aplicação da "economia verde" no Acre

*Layana Rios

Discutir as dinâmicas produtivas entendidas como "economia verde", bem como identificar empecilhos e soluções para a aplicabilidade de projetos voltados nesta área, nortearam os trabalhos do workshop "Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia no contexto da economia verde: situação atual e desafios". O evento é uma parceria do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), e aconteceu na última quinta-feira (19), no auditório da Escola Superior da Magistratura do Acre-ESMAC, em Rio Branco.

O evento contou a participação de diversas instituições ligadas à pesquisa, meio ambiente, economia, ciência e tecnologia, com palestras de representantes de seis órgãos: Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (Funtac), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), Universidade Federal do Acre (Ufac), Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

De forma geral, os palestrantes apontaram a "economia verde" como uma visão renovada do desenvolvimento sustentável e afirmaram que para alcançar tal desenvolvimento é preciso considerar o fator humano. Ou seja,

para eles, está superada a ideia de que para preservar é necessário única e exclusivamente manter a floresta intocada. “Não pode haver sustentabilidade sem a presença humana porque o homem faz parte da natureza”, observou Jhudson Valentim, chefe geral da Embrapa no Acre.

Um exemplo de projeto desenvolvido dentro do modelo da economia verde, destacado pelo diretor presidente da Funtac, Luiz Augusto Azevedo, foi a fábrica de preservativos masculinos produzidos a partir de látex de seringal nativo, localizada no município de Xapuri. A fábrica, que contou com recursos da SUFRAMA, tem capacidade produtiva de 100 milhões de unidades ao ano e consome até 500 toneladas de látex anualmente, beneficiando 700 famílias que atuam na extração da matéria-prima na reserva Chico Mendes. Toda a produção destina-se ao Ministério da Saúde.

Os palestrantes também exibiram projetos que demonstram como o Acre está conseguindo lidar com dois grandes vilões do desmatamento da Amazônia: a pecuária e o setor madeireiro. Na pecuária, eles conseguiram otimizar o tempo e o espaço da produção, aumentando os lucros e minimizando os impactos ambientais. No setor madeireiro, o Estado conta com 95% da madeira produzida certificada, com origem de projetos bem sucedidos de manejo florestal.

O professor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da Ufac, Raimundo Cláudio Maciel, apontou que um dos fatores que contribuem para a degradação ambiental é um erro de cálculo econômico. Ele defende a aplicação de uma fórmula, criada por ele, pela qual as atividades econômicas de origem sustentável sejam mais rentáveis frente às atividades exploradoras, que prejudicam o meio ambiente. Como exemplo, ele cita o seringueiro, que protege a floresta, e recebe um valor irrisório no preço final de seu produto – o látex – porque nele não está embutido o ganho social da preservação. Já o

pecuarista, que não é punido monetariamente por produzir uma atividade exploratória, vende seu produto final a um preço mais lucrativo.

Uma das principais reivindicações manifestada pelos palestrantes é o destino insuficiente de recursos para o desenvolvimento em Ciência e Tecnologia na região. “Assim como há cotas de afirmação (vagas destinadas a negros e indígenas, por exemplo), deveria haver mais recursos destinados à nossa região, já que a Amazônia Legal representa 60% do território brasileiro e contém mais de 21 milhões de habitantes”, observa Jhudson Valentim.

Os organizadores do evento consideram que o Acre está avançado no que diz respeito à implantação de projetos relacionados à economia verde. “O Acre conta com o diferencial de ter enxergado a floresta como um ativo econômico, social e ambiental, e que se tornou política de estado ao longo dos anos”, disse o assessor especial da SUFRAMA, Elilde Menezes.

O workshop, que já passou pelos estados de Roraima e Rondônia, segue agora para o Amazonas, no próximo dia 02 de maio. O resultado das discussões estaduais servirá de subsídio para a realização do Fórum Científico, com tema “Economia verde na Amazônia: da agenda prática ao desafio do conhecimento”, a ser realizado em junho, no Rio de Janeiro e que deverá ser encaminhado em forma de carta como contribuição da região à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20.

CLIPPING 2012

Veículo de Comunicação: Gente de Opinião

Link: http://www.gentedeopiniao.com.br/lerConteudo.php?news=95043

Data: 21.04.2012

Exemplos de aplicação da 'economia verde' no Acre

Instituições apresentam exemplos de aplicação da "economia verde" no Acre

Discutir as dinâmicas produtivas entendidas como "economia verde", bem como identificar empecilhos e soluções para a aplicabilidade de projetos voltados nesta área, nortearam os trabalhos do workshop "Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia no contexto da economia verde: situação atual e desafios". O evento é uma parceria do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), e aconteceu na última quinta-feira (19), no auditório da Escola Superior da Magistratura do Acre-ESMAC, em Rio Branco.

O evento contou a participação de diversas instituições ligadas à pesquisa, meio ambiente, economia, ciência e tecnologia, com palestras de representantes de seis órgãos: Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (Funtac), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), Universidade Federal do Acre (Ufac), Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

De forma geral, os palestrantes apontaram a "economia verde" como uma visão renovada do desenvolvimento sustentável e afirmaram que para alcançar tal desenvolvimento é preciso considerar o fator humano. Ou seja,

para eles, está superada a ideia de que para preservar é necessário única e exclusivamente manter a floresta intocada. “Não pode haver sustentabilidade sem a presença humana porque o homem faz parte da natureza”, observou Jhudson Valentim, chefe geral da Embrapa no Acre.

Um exemplo de projeto desenvolvido dentro do modelo da economia verde, destacado pelo diretor presidente da Funtac, Luiz Augusto Azevedo, foi a fábrica de preservativos masculinos produzidos a partir de látex de seringal nativo, localizada no município de Xapuri. A fábrica, que contou com recursos da SUFRAMA, tem capacidade produtiva de 100 milhões de unidades ao ano e consome até 500 toneladas de látex anualmente, beneficiando 700 famílias que atuam na extração da matéria-prima na reserva Chico Mendes. Toda a produção destina-se ao Ministério da Saúde.

Os palestrantes também exibiram projetos que demonstram como o Acre está conseguindo lidar com dois grandes vilões do desmatamento da Amazônia: a pecuária e o setor madeireiro. Na pecuária, eles conseguiram otimizar o tempo e o espaço da produção, aumentando os lucros e minimizando os impactos ambientais. No setor madeireiro, o Estado conta com 95% da madeira produzida certificada, com origem de projetos bem sucedidos de manejo florestal.

O professor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da Ufac, Raimundo Cláudio Maciel, apontou que um dos fatores que contribuem para a degradação ambiental é um erro de cálculo econômico. Ele defende a aplicação de uma fórmula, criada por ele, pela qual as atividades econômicas de origem sustentável sejam mais rentáveis frente às atividades exploradoras, que prejudicam o meio ambiente. Como exemplo, ele cita o seringueiro, que protege a floresta, e recebe um valor irrisório no preço final de seu produto – o látex – porque nele não está embutido o ganho social da preservação. Já o

pecuarista, que não é punido monetariamente por produzir uma atividade exploratória, vende seu produto final a um preço mais lucrativo.

Uma das principais reivindicações manifestada pelos palestrantes é o destino insuficiente de recursos para o desenvolvimento em Ciência e Tecnologia na região. “Assim como há cotas de afirmação (vagas destinadas a negros e indígenas, por exemplo), deveria haver mais recursos destinados à nossa região, já que a Amazônia Legal representa 60% do território brasileiro e contém mais de 21 milhões de habitantes”, observa Jhudson Valentim.

Os organizadores do evento consideram que o Acre está avançado no que diz respeito à implantação de projetos relacionados à economia verde. “O Acre conta com o diferencial de ter enxergado a floresta como um ativo econômico, social e ambiental, e que se tornou política de estado ao longo dos anos”, disse o assessor especial da SUFRAMA, Elilde Menezes.

O workshop, que já passou pelos estados de Roraima e Rondônia, segue agora para o Amazonas, no próximo dia 02 de maio. O resultado das discussões estaduais servirá de subsídio para a realização do Fórum Científico, com tema “Economia verde na Amazônia: da agenda prática ao desafio do conhecimento”, a ser realizado em junho, no Rio de Janeiro e que deverá ser encaminhado em forma de carta como contribuição da região à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20.

**Fonte: Layana Rios / Junha Januária*

CLIPPING 2012

Veículo de Comunicação: Blog Voluntários Online

Link: http://blog.voluntariosonline.org.br/acre-lanca-o-primeiro-inventario-de-carbono/

Data: 14.06.2012

Acre lança o primeiro inventário de carbono

Foi apresentado durante a manhã da última segunda-feira o primeiro projeto privado de incentivo a serviços ambientais a ser protocolado no Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC). A entrega oficial do projeto foi feita pelos sócios idealizadores Wanderley Rosa e Normando Sales ao vice-governador César Messias e ao diretor-presidente do IMC, Eufran Amaral, na Biblioteca da Floresta. A solenidade contou ainda com o lançamento do primeiro inventário acreano de gases de efeito estufa. De acordo com o vice-governador César Messias, esse momento é emblemático na história do Acre, pois é uma prova de que o que se faz aqui em termos de desenvolvimento sustentável está anos à frente do que é feito nacionalmente e em outros países.

Messias ressaltou ainda a importância da construção social dessa identidade acreana, de relacionamento íntimo com a floresta e de valorização da sua riqueza. Um dos idealizadores do Projeto Purus, Wanderley Rosa, destacou que a entrega do projeto ao IMC é a materialização do que muitos não acreditavam ser possível. “Estamos aqui mostrando que orelha de freira existe, sim”, disse. Em sua apresentação, Rosa comentou sobre os anos de trabalho e esforço e sobre a materialização do sonho de criar um projeto que gere renda e ao mesmo tempo benefícios para a comunidade local e para o

meio ambiente. Além do Projeto Purus, também foi lançado o primeiro Inventário de Emissões Antrópicas e Sumidouros de Gases de Efeito Estufa do Estado do Acre: Ano-Base 2010.

Trata-se de um estudo do IMC em parceria com a Embrapa Acre que, de acordo com uma das editoras do inventário, Angelita Butzke, é uma importante ferramenta de planejamento e tomada de decisões. “Ajudará o Brasil na redução das incertezas nas estimativas das emissões antrópicas e sumidouros nacionais, além de contribuir na construção das próximas políticas estaduais de adaptação e mitigação, além de reforçar as já existentes como o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento”, declarou.

O outro sócio do projeto, Normando Sales, apresentou os benefícios sociais que o Projeto Purus implementará na comunidade e no entorno dela. “Não há como dissociar benefício ambiental do benefício social. Nossa floresta é habitada e nós projetamos que uma parte desse benefício retorne para a comunidade – em forma de melhoria das casas, na saúde, na educação, no transporte e outras formas”, ressaltou Sales.

O evento realizado pelo governo do Estado, por meio do IMC, reuniu palestrantes e representantes de instituições públicas como a Secretaria de Meio Ambiente de Rio Branco, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a ONG WWF, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), o gabinete do senador Jorge Viana, a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (Sisa) do Acre e a sociedade civil. O Sisa O Sisa – lei 2.308/2010 – é fruto de um acúmulo de conhecimento de mais de 20 anos do Estado do Acre com uso responsável dos recursos. “Tem como fundamento a compensação por serviços ambientais prestados por aqueles que promovam ações legítimas de preservação, conservação,

recuperação e uso sustentável de recursos naturais, como produtores rurais, extrativistas, ribeirinhos e populações tradicionais", informou o presidente do IMC, Eufran Amaral.

O Sisa foi criado após ampla discussão com a sociedade, com o objetivo de fomentar a manutenção e a ampliação da oferta de serviços e produtos ecossistêmicos: o sequestro, a conservação, manutenção e aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; regulação do clima; a conservação da beleza cênica, das águas e da sociobiodiversidade; a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico e a conservação e melhoramento do solo.

O Sisa está fundado em princípios nacionais e internacionais que atentam para o uso dos recursos naturais com responsabilidade e conhecimento para proteção e integridade do sistema climático em benefício das presentes e futuras gerações, destacou Amaral. Fonte: Site Agência Notícias do Acre Acessado em: 12/06/2012 Pesquisado por: Dri Nepomuceno – Voluntário Online.

*Esse conteúdo foi copiado do Blog do Portal Voluntários Online:

CLIPPING 2012

Veículo de Comunicação: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

Link: http://ipam.org.br/noticias/Governo-alemao-identifica-Acre-como-estado-potencial-para-executar-programa-de-REDD-jurisdiscional/2213/destaque

Data: Junho de 2012

Governo alemão identifica Acre como estado-potencial para executar programa de REDD jurisdiscional

***Julie Messias / IPAM**

O Estado do Acre é reconhecido no cenário nacional e internacional pelas suas políticas socioambientais que agregam preservação dos recursos naturais e valoração das comunidades tradicionais e povos indígenas. Esses fatores garantiram que o governo alemão identificasse no Estado potencial

para executar um programa de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD).

Através do programa REDD EarlyMovers (REM), executado pelo KFW Bankengrupp e GIZ, que se baseia no incentivo às iniciativas pioneiras para a conservação de florestas, o governo da Alemanha e do Estado do Acre estão prestes a implementar REDD em escala jurisdicional, ou seja, regulamentado por uma política de governo. No caso específico do Acre, pelo Sistema de Incentivos a Pagamento por Serviços Ambientais do Estado do Acre (SISA), que é normatizado pelo Instituto de Mudanças Climáticas e Regulamentação do Clima (IMC).

A proposta foi apresentada durante o painel "Programa Global REDD para EarlyMovers (REM)", realizado na terça-feira, 19, no Pavilhão Alemanha, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Na ocasião, estiveram presentes o diretor executivo do IPAM, Paulo Moutinho; o representante do Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ); e o diretor-presidente do IMC, Eufran Ferreira do Amaral, que debateram sobre os avanços das políticas ambientais do Estado, com foco no SISA.

Paulo Moutinho falou sobre a cooperação entre os governos e pontuou que "o Acre talvez tenha sido o Estado que mais investiu em pesquisa e instituições para políticas públicas de conservação, e o que está sendo proposto hoje é resultado disso."

Moutinho falou, ainda, sobre a importância dessa iniciativa se tornar modelo para os outros estados e países, por ser implementada por meio de uma política de governo, e encerrou sua fala dizendo que o REDD deve se tornar uma política pública, e não um acúmulo de programas.

CLIPPING 2012

Para o diretor-presidente do IMC, o sucesso das políticas do Acre na redução do desmatamento, bem como a garantia da preservação ambiental e qualidade de vida da população são determinantes na efetivação da programa.

O IPAM tem apoiado o IMC na estruturação do SISA, ocupando lugar no seu comitê científico, onde tem realizados pesquisas, quais podem ser apreciadas no relatório disponível para download: **"**Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais do Estado do Acre (SISA): Pesquisa, Análise e Recomendações para um Programa de REDD+ Jurisdicional.

CLIPPING 2012

Veículo de Comunicação: Ac 24 Horas

Link: http://www.ac24horas.com/2012/07/23/queimadas-sao-totalmente-proibidas-no-acre-em-2012/?doing_wp_cron=1443541570.6230959892272949218750

Data: Julho de 2012

Queimadas são totalmente proibidas no Acre em 2012

Este é o primeiro ano de proibição total de queimadas no Acre. As restrições começaram em 2009, por meio de ações civis públicas dos ministérios públicos Federal e Estadual. Em 2011, somente a Regional do Vale do Juruá tinha autorização para a queima, mas este ano a proibição atinge todo o Estado.

Na noite desta segunda-feira, 23, o governo lançará o Programa Estadual de Combate às Queimadas, repassando novos equipamentos para os órgãos de combate aos crimes ambientais. O Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) vai receber veículos para reforçar as ações de fiscalização e monitoramento em todo o Estado.

Além de atender às denúncias, que podem ser feitas pelo celular 9985-7060, as equipes do Imac trabalham com informações geradas por satélites do Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais). Atenção especial é dada ao Vale do Acre, onde os focos de calor são sempre mais frequentes.

Já o desmate continua liberado, desde que a propriedade ainda tenha área para conversão, que é de 20 por cento do total da terra. Kássem Quintela, chefe da Divisão de Atividade do Uso do Solo do Imac, estima que foram feitos, até agora, cerca de duzentos pedidos de desmate. A liberação pelo Imac é

dada após a análise de cartas-imagens e da visita de técnicos às propriedades.

Além do uso de carros, motos e quadriciclos, está prevista a realização de vários sobrevoos em pequenas aeronaves, tática já utilizada pelo Imac em anos anteriores. No ano passado foram oito sobrevoos, que resultaram na descoberta de mais de cem pontos de queimadas só no Vale do Acre. No Juruá foram mais de cinquenta pontos. Os helicópteros do Ibama e do governo do Estado também deverão ser utilizados para as ações de combate às queimadas.

Concurso

A expectativa do presidente do Imac, Fernando Lima, é de que ainda este mês sejam chamados para contratação os 47 aprovados no Processo Seletivo Simplificado, realizado recentemente. É um reforço bem-vindo para o instituto, que vai desencadear a operação Fogo Zero, repetida anualmente pelo governo estadual em parceria com vários órgãos, como Ibama, secretarias estadual e municipal de Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros, Instituto de Mudanças Climáticas e prefeituras. “Vamos aumentar o quadro em Rio Branco e outros municípios”, comentou Lima.

*As informações são Agência de Notícias do Acre

CLIPPING 2012

Veículo de Comunicação: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

Link: http://www.ipam.org.br/revista/Eufran-Amaral-Incentivos-aos-servicos-ambientais-estao-de-acordo-com-a-cultura-acreana/447

Data: Setembro de 2012

Eufran Amaral: Incentivos aos serviços ambientais estão de acordo com a cultura acreana

Eufran Amaral

O Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais (SISA) do Acre engloba uma série de ações de incentivos aos serviços ambientais, com as quais o governo estadual pretende dar garantias de territórios, fortalecendo a cultura, gerando renda e contando com a população rural protegendo a floresta

através de atividades produtivas sustentáveis em áreas já desmatadas ou fazendo ações eficientes de conservação e proteção das florestas. Segundo Eufran Amaral, diretor presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais do Acre (IMC), esta é uma legislação pioneira e que representa a visão de mundo e de futuro que orienta a sociedade acreana. Em entrevista à Clima e Floresta, Amaral afirma que "esta abordagem tem raízes na história singular do povoamento do Acre por uma população que construiu sua cultura própria e identidade com base no relativo isolamento e na relação íntima e harmoniosa com a floresta e os recursos naturais".

Clima e Floresta - O que é o Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais (SISA)?

Eufran Amaral - O SISA avança num processo histórico e cultural de longa data, o que lhe confere características únicas que incluem a possibilidade de incentivos a serviços ambientais nas suas mais diversas formas: carbono florestal nas vertentes de redução de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento evitado (REDD) ou por reflorestamento (modelo consagrado no protocolo de Quioto), recursos hídricos, beleza cênica, regulação do clima, conservação do solos, entre outros. O Sistema foi criado a partir da Lei Estadual nº 2.308/2010, que foi fruto de um intenso processo participativo durante os anos 2009 e 2010 (que incluiu uma consulta pública de nove meses). Este sistema possui programas para cada serviço ambiental, se constituindo numa política abrangente que integra o setor ambiental com o setor produtivo. Através de incentivos aos serviços ambientais se busca dar garantias de territórios, fortalecendo a cultura, gerando renda e com a população rural protegendo a floresta através de atividades produtivas sustentáveis nas áreas já desmatadas e/ou fazendo ações eficientes de conservação e proteção das florestas. A Lei do SISA criou uma estrutura

institucional composta por um ente regulador, o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), e um ente de controle social, que é a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (Ceva), composta de forma paritária por representantes de governo e sociedade civil, que tem origem nos três conselhos do estado (Meio Ambiente, Florestal e de Desenvolvimento Rural). Enquanto o IMC é responsável por regulamentar e controlar as iniciativas no âmbito dos programas do SISA, a Ceva é responsável pela aprovação das normas de monitoramento e validação das iniciativas de serviços ambientais. Estes instrumentos institucionais aliados a instrumentos de monitoramento de salvaguardas são mecanismos que estão sendo institucionalizados como forma de evitar riscos culturais, sociais e ambientais. Foi criada ainda a Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais, uma sociedade de economia mista em forma de sociedade anônima, que terá a função de fomentar e desenvolver projetos de serviços ambientais. A Companhia fomentará a elaboração de ações e projetos, bem como estabelecerá e desenvolverá estratégias voltadas à captação de recursos financeiros e investimentos nos programas, subprogramas e projetos, buscando investidores privados para tornarem-se sócios do processo. Terá possibilidade, também, de captar recursos financeiros oriundos de fontes públicas, privadas ou multilaterais, criando planos de ação e projetos viáveis. Estas instituições trabalham de forma integrada e sinérgica para ter confiabilidade, consistência, transparência e resultados de curto e médio prazos no que se refere à compensação de serviços ambientais no Acre.

Clima e Floresta - Quais são os objetivos dessa legislação e principais resultados até o momento?

CLIPPING 2012

Amaral - Para ter resultados concretos em curto prazo, estamos fazendo uma caminhada em três varadouros simultaneamente: formação e informação de beneficiários, regulamentação da Lei e estabelecimento de sistemas. Como principais resultados, podemos listar a criação do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais, em março de 2011, e a criação da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais, em julho de 2012; o funcionamento do colegiado dos Conselhos e a criação da Ceva, em 2011; formação de beneficiários nos temas mudanças climáticas e serviços ambientais: lideranças indígenas e produtores familiares; definição dos princípios socioambientais para projetos de REDD no Acre e início da estruturação dos subprogramas de reflorestamento e florestas públicas; e o cadastramento do primeiro projeto privado do Acre, em fase de certificação pelo VCS e CCBA. Aqui cabe ressaltar a importância do governo ao tomar a iniciativa de regulamentar essas atividades que começam a se estabelecer em muitas partes do mundo sem a devida responsabilidade e com tamanhos riscos sociais, ambientais e culturais pela falta de posicionamento de governos locais. O SISA está na fase inicial de sua implantação, estabelecendo regulamentação complementar à Lei como forma de evitar esses riscos. Com a criação do SISA, pretende-se, valorizar os ativos ambientais do Estado do Acre, de forma a viabilizá-lo como fonte de serviços ecossistêmicos para as atuais e futuras gerações das populações do Acre, da Amazônia e do planeta.

Clima e Floresta - O Acre é o primeiro estado a propor uma legislação nestes moldes?

Amaral - Esta legislação com certeza é pioneira, uma vez que o desenvolvimento local sustentável é a visão de mundo e de futuro que orienta a sociedade acreana, desde o seu processo de formação. Esta abordagem tem raízes na história singular do povoamento do Acre por uma população que

construiu sua cultura própria e identidade com base no relativo isolamento e na relação íntima e harmoniosa com a floresta e os recursos naturais. Criando conceitos novos baseados em conhecimentos antigos e, com simplicidade, criando relações complexas de gestão territorial e de uso eficiente dos recursos naturais. Entre as décadas de 1970 e 1990, liderados por Wilson Pinheiro e Chico Mendes, a partir dos municípios de Brasileia e Xapuri, os seringueiros organizaram-se em sindicatos de trabalhadores rurais e criaram o que viria ser conhecido como "empate"[1]para frear a destruição das florestas por migrantes vindos do sul do país, estimulados pela Ditadura Militar a desenvolver grandes projetos agropecuários na floresta amazônica. A luta dos acreanos em defesa da floresta foi reconhecida mundialmente e resultou na criação das reservas extrativistas, alterando radicalmente o modelo de ocupação da Amazônia. Desde então, o Acre se tornou referência para estratégias locais de desenvolvimento sustentável para o planeta. Este conceito é extremamente importante para a história do Acre e para as lições que aqui se demonstram na prática, enquanto em outras partes do mundo se teoriza. O SISA atende a princípios ambientais internacionais sobre o tema e, antes, àqueles constantes na Constituição do Brasil. O Acre exerceu - enquanto não se edita uma norma federal específica - seu poder de legislar concorrentemente sobre questões ambientais, conforme assegura o art. 24 da Constituição Federal.

Clima e Floresta - Como o SISA se encaixa no conceito de florestania adotado pelo estado?

Amaral - A florestania é um princípio abstrato que inspira a coesão social e valorização cultural dos acreanos, no seu modo de viver e se relacionar com os recursos naturais e que poderia ser abordado - não por completo, pelas suas próprias características – pelas seguintes diretrizes inseridas no SISA: uso dos recursos naturais com responsabilidade e sabedoria; reconhecimento ao

conhecimento e direitos dos povos indígenas, populações tradicionais e extrativistas bem como o os direitos humanos; fortalecimento da identidade e respeito à diversidade cultural, combate à pobreza e elevação da qualidade de vida da população; utilização de incentivos econômicos, objetivando o fortalecimento da economia de base florestal sustentável; transparência e participação social na formulação e execução de políticas públicas; repartição justa e equitativa dos benefícios econômicos e sociais oriundos das políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Clima e Floresta - Dentro do SISA, o que é o ISA Carbono?

Amaral - O Programa ISA Carbono do Estado do Acre tem por objetivo geral promover a redução progressiva, consistente e permanente das emissões de gases de efeito estufa oriundos de desmatamento e degradação florestal, com vistas ao alcance da meta voluntária definida no âmbito do Plano Estadual de Prevenção e Controle dos Desmatamentos do Acre, financiando, dessa forma, o estabelecimento de um novo padrão de sustentabilidade de uso da terra e de transformação dos recursos naturais.

Clima e Floresta - Como vai funcionar e a partir de quando?

Amaral - Pretende-se criar e implementar instrumentos econômico-financeiros e de gestão que contribuam para a conservação ambiental e para a redução de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento e degradação florestal, estabelecendo-se uma infraestrutura e os instrumentos para medir, analisar e relatar a redução das emissões de dióxido de carbono equivalente oriundas do desmatamento e degradação florestal, bem como valorar os serviços ambientais relacionados à redução das emissões e à conservação, manejo florestal sustentável e manutenção e incremento dos estoques florestais. O Programa ISA Carbono pretende, ainda, com base nas institucionalidades

criadas para o SISA – Instituto, Comissão, Comitê, Ouvidoria e Agência - estabelecer um arranjo institucional estável que garanta um ambiente de confiança para fomentadores, investidores, provedores e beneficiários dos serviços ambientais relacionados à redução das emissões de dióxido de carbono equivalente e à conservação, manejo florestal sustentável e manutenção e incremento dos estoques florestais no Estado do Acre, promovendo a institucionalização de um sistema estadual que assente em conceitos nacional e internacionalmente reconhecidos. Ele já começou ao ter a institucionalidade do SISA estabelecida e agora estamos na fase de estruturação dos subprogramas.

Clima e Floresta - Como um mecanismo de REDD+ como o que está sendo proposto pode alavancar o crescimento econômico e redução de pobreza no estado?

Amaral - O processo participativo, da qual a Lei é resultante, gerou 357 recomendações (da sociedade local, instituições nacionais e internacionais), tendo como principais preocupações os riscos que os mecanismos de REDD podem ter para populações vulneráveis no estado. A principal mensagem foi que o Acre não só precisa de REDD, como precisa avançar nas políticas de estado para a promoção de todos os serviços ambientais através de atividades produtivas sustentáveis. Com estas recomendações foi preparada a minuta de Lei que não cria um Programa REDD, mas sim um Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais com programas para cada serviço ambiental. O conceito e o arranjo do SISA não é o mesmo do REDD *strictu sensu*, o REDD vai ser um dos mecanismos integrados ao SISA e não o inverso. Entendemos que o recurso financeiro apenas para a conservação da floresta não garante a sua permanência. Temos, sim, que dar garantias de territórios, fortalecendo a cultura, gerando renda e com a população estabelecida nos seus locais protegendo a floresta através de atividades produtivas sustentáveis e/ou

fazendo ações eficientes de conservação e proteção das florestas. O Estado do Acre vê mecanismos de REDD e outros tipos de pagamento por serviços ambientais como parte de um conjunto mais amplo de instrumentos e políticas que promovem o desenvolvimento sustentável. O Acre começou a abordar muitas questões relacionadas à redução de emissões por desmatamento e degradação florestal e mecanismos de pagamento por serviços ecossistêmicos muito antes que estes fossem propostos nas negociações climáticas das Nações Unidas em 2005. Já atingiu a redução de emissões por desmatamento muito substancial através da implementação do Zoneamento Ecológico e Econômico, a Política de Valorização de Ativos Ambientais, Plano de Prevenção do Desmatamento e Queimadas e de investimento no monitoramento do desmatamento e dos recursos naturais. Agora se prepara para dar os próximos passos para que, com ajuda do SISA juntamente as outras politicas de desenvolvimento, possa consolidar uma economia verde, com inclusão social e conservação ambiental.

Clima e Floresta - O senhor conhece o relatório Rumo ao REDD+ Jurisdicional: Pesquisa, Análises e Recomendações ao Programa de Incentivos aos Serviços Ambientais do Acre (ISA Carbono), coordenado pelo IPAM? Acha que suas recomendações são viáveis? Quais delas já estão ou têm condições de ser incorporadas?

Amaral - Conheço o estudo e em muito nos ajuda porque é um olhar externo que traz conhecimento ao sistema. A maioria das recomendações são viáveis e muitas delas já estão em curso. Mas gostaria de ressaltar os estudos de estoques de carbono, custo de oportunidade e a estratégia de repartição de benefícios que foram realizados pelo IPAM. A estratégia recomendada será adotada pelo SISA e baseia-se na abordagem de estoque-fluxo que considera não somente o fluxo das emissões, mas também a manutenção do estoque florestais. A este mecanismo estamos trabalhando para integrar um enfoque programático, isto é, uma repartição via programas que atendam as

necessidades para cada subprograma do SISA (agricultura familiar, pecuária, terras indígenas etc.). Este estudo ajuda não somente o SISA, mas todos os estados florestais, compartilhando conhecimento, definindo estratégias e fortalecendo o que pode vir a ser uma quebra de paradigma para a gestão de territórios na Amazônia.

CLIPPING 2012

Veículo de Comunicação: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

Link: http://www.ipam.org.br/noticias/Curso-sobre-carbono-florestal-fortalece-tecnica-no-Estado-do-Acre/2529

Data: Novembro de 2012

Curso sobre carbono florestal fortalece técnica no Estado do Acre

*Sonaira Souza da Silva / IPAM

Técnicos e estudantes do Acre aprendem sobre carbono florestal

A estimativa de carbono florestal para florestas tropicais foi tópico de curso realizado entre12 e 15 de novembro na Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Acre (UCEGEO), em Rio Branco, Acre.

O curso teve o objetivo de fortalecer capacidades técnico-científicas em monitoramento e cálculo de biomassa em florestas tropicais de técnicos do Estado do Acre, e foi fruto de cooperação entre o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o centro americano de pesquisa WHRC e o Governo do Estado do Acre, através do Instituto de Mudanças Climáticas e

Regulação do Clima (IMC).

O curso foi ministrado pelos pesquisadores do WHRC e autores do estudo “Estimativa de emissões de dióxido de carbono associado ao desmatamento de florestas tropicais pelo mapa de densidade de carbono”, Alessandro Baccini, Wayne Walker e Gregory Fiske, com apoio dos pesquisadores Foster Brown (WHRC), Ane Alencar (IPAM) e Monica de Los Rios, assessora do IMC. Participaram do curso 15 técnicos dos órgãos IMC, IMAC, FUNTAC, EMBRAPA, SEDENS UCEGEO, SEMA e IPAM, além de estudantes da UFAC.

O evento contou com apoio da Fundação MOORE, IPAM, WHRC e Governo do Acre.

CLIPPING 2012

Veículo de Comunicação: Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

Link: http://www.idesam.org.br/acre-realiza-a-primeira-transacao-estadual-de-reducoes-de-emissoes-do-desmatamento/#.VgqzZstViko

Data: 19.12.2012

Acre realiza a primeira transação estadual de reduções de emissões do desmatamento

Na última quarta-feira, 12 de dezembro, o Estado do Acre concretizou a primeira transação estadual de reduções de emissões do desmatamento, ou REDD+. O feito foi oficializado através da assinatura pelo Governador Tião Viana de um convênio com o banco de desenvolvimento alemão KfW, SK0-003 no valor de 16 milhões de euros, referentes à transação "com base em performance" das reduções de emissões já alcançadas pelo Estado, ao valor de US$ 5 cada tCO2, o que equivale ao pagamento de aproximadamente 4 milhões de toneladas de CO2. Esta parceria é desenvolvida no âmbito do programa "REDD+ EarlyMovers", do Banco KfW, que visa compensar financeiramente esforços de estados e províncias na redução de emissões do desmatamento. O Acre vem desenvolvendo atividades desta natureza desde 2010, quando aprovou a lei que cria o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais, o SISA, que compreende o programa ISA Carbono, voltado ao desenvolvimento e implementação de atividades de REDD+. Este acordo tem uma importância enorme no atual contexto nacional e internacional pois configura-se, formalmente, como a primeira contribuição financeira baseada em resultados de REDD+ em escala subnacional. Ainda, reforça o papel

fundamental dos estados no processo de combate ao desmatamento e redução de emissões e destaca a grande importância da regulamentação do tema. Segundo Mariana Pavan, pesquisadora do Idesam e Ponto Focal do GCF no Brasil, esta notícia tem um significado muito importante no contexto de REDD+ no Brasil e no mundo. “Por ter o SISA devidamente regulamentado, o Estado tem plenas condições de validar as reduções de emissões obtidas e receber recursos que compensem seus esforços, mantendo total controle e transparência sobre o recebimento e uso dos recursos”. De acordo com Eufran Amaral, diretor presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais, a assinatura deste acordo de cooperação é uma forma diferenciada de um programa do banco KFW, que visa pagamento baseado em performance. “Nós recebemos recursos em função das reduções de emissão de carbono. O mais importante é que é um reconhecimento internacional e representa todo esforço de um Estado que vem trabalhando a valorização dos serviços ambientais, numa iniciativa de décadas, desde os governos de Jorge Viana e Binho Marques e continuado pelo governador Tião Viana”. O tema de regulamentação e implementação de iniciativas de REDD+ vem sendo intensamente discutido nos últimos anos no Brasil, tanto a nível nacional quanto subnacional. “O acordo assinado pelo Governo do Acre e o KfW representa um passo histórico para o REDD+ e mostra que existem caminhos para a sua implementação mesmo na ausência de um acordo efetivo na Convenção do Clima, já que este pode levar ainda um bom tempo para ser assinado”, comemora Mariano Cenamo, pesquisador sênior do Idesam e um dos maiores especialistas em REDD+ no Brasil.

CLIPPING 2012

Veículo de Comunicação: Universidade Federal do Estado do Acre

Link: http://www.ufac.br/portal/publicacoes/ufac-na-imprensa/edicoes-2012/dezembro/201cacre-e-exemplo-em-ordenamento-territorial-local201d-diz-especialista

Data: 22.12.2012

"Acre é exemplo em ordenamento territorial local", diz especialista

*Escrito por Anderson Bodanese

O Acre recebeu nesta terça, 18, na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), a visita de especialistas do Ministério de Meio Ambiente (MMA) e da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), organização não governamental que atua com o Ordenamento Territorial Local (OTL) em diversos estados do Brasil, inclusive no Acre. O OTL é uma ferramenta de planejamento que visa orientar o uso do território, buscando melhor ocupação do espaço e levando em consideração as suas características culturais, sociais, políticas e ambientais.

Os técnicos vieram ao Estado discutir uma proposta metodológica para elaborar um guia de OTL baseado nas experiências do Acre em relação ao tema. A proposta vem sendo elaborada pela Sema com apoio técnico da GTZ e MMA, por meio do Departamento de Zoneamento Territorial (DZT).

Além de técnicos do MMA e da Sema, à reunião estiveram presentes representantes da Universidade Federal do Acre (Ufac), do Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam), do Instituto de Mudanças Climáticas do Acre

(IMC) e do Zoneamento Econômico Ambiental e Social da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Zeas/Semeia).

A partir desses estudos e da troca de experiências em ordenamento territorial, o resultado deve se traduzir em um guia metodológico que possa orientar a elaboração de OTL em municípios acreanos, bem como em outras regiões do país e do mundo.

Taiguara Alencar, assessor técnico da GTZ, afirma que o Acre é uma referência em ordenamento territorial por já possuir um Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), ferramenta utilizada para orientar as políticas públicas da Amazônia, definindo as potencialidades e fragilidades do território. “O Acre tem uma política ambiental bem definida. Nos últimos anos o Estado investiu em pilotos de ordenamento territorial (OT) em municípios que deram certo, tornando-se um exemplo em OTL”, diz.

CLIPPING 2012

Veículo de Comunicação: WWF-BRASIL

Link: http://www.wwf.org.br/?33524/acre--primeiro-estado-a-realizar-transaes-com-redd

Data: Dezembro de 2012

Acre é primeiro estado a realizar transações com REDD+

O Estado do Acre, situado no norte do Brasil, tornou-se na última semana a primeira unidade da federação a realizar transações financeiras relacionadas à Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal, ou REDD+.

Por meio de um contrato assinado na quarta-feira 12, entre o governo do Acre e o banco alemão KfW, o Estado vai receber, nos próximos quatro anos, 16 milhões de euros – cerca de R$ 50 milhões – por ter deixado de emitir 4 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO2) nos últimos anos.

Este acordo é uma iniciativa inédita e pioneira, já que é a primeira vez que se tem notícia, no mundo inteiro, de um repasse de recursos baseado em resultados de REDD+ no nível subnacional, ou seja, que envolve estados ou províncias, e não países.

Para efeito de comparação, é possível lembrar, por exemplo, das Conferências das Partes (COP's) promovidas pelas Organização das Nações Unidas – em que os países não chegam a consensos sobre os valores das toneladas de dióxido de carbono e, assim, não avançam nas discussões relacionadas a este assunto (no acordo entre o Acre e o banco, cada tonelada não emitida foi estimada em US$ 5).

O Estado do Acre atingiu picos de desmatamento na década de 80, mas ainda detém 87% de sua cobertura florestal. Além disso, na última década, o Estado tem demonstrado liderança na construção de um modelo de desenvolvimento econômico que promove a proteção florestal e combate à pobreza – trabalho que foi tema de uma reportagem publicada no jornal britânico The Economist no início deste mês.

Parceria com o WWF

É importante lembrar também que o acordo só foi possível porque o Acre possui uma legislação específica, que subsidia este tipo de iniciativa: o Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais do Acre (Sisa).

O Sisa existe desde 2010 e sua criação e implementação contaram com o apoio do WWF-Brasil. Por meio deste sistema, o poder público é capaz de viabilizar diversas estratégias cujo objetivo maior é valorização dos ativos florestais.

Além do Sisa, o WWF-Brasil tem apoiado no Acre, há mais de 10 anos, diversas iniciativas relacionadas à sustentabilidade e conservação de recursos naturais no território acreano. Algumas dessas ações incluem o fortalecimento de cadeias produtivas comunitárias, relacionadas ao óleo de copaíba, castanha do brasil, açaí, pirarucu e borracha; o manejo florestal madeireiro; e a estruturação de um sistema de políticas públicas que viabilize o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) naquele território.

Em 2012, o WWF-Brasil, em parceria com o governo acreano, realizou eventos durante a Conferência das Nações Unidades sobre Meio Ambiente, a Rio+20; estruturou e publicou o Plano Estadual de Recursos Hídricos daquele estado, o primeiro documento deste tipo a ser registrado no bioma Amazônico.

“Acre está na vanguarda”

Segundo o governo acreano, os 16 milhões de euros a serem recebidos pelo KfW serão investidos em projetos ambientais com foco em produção sustentável e conservação dos recursos naturais. Por força de contrato, 70% deste valor será destinado “à ponta” das cadeias produtivas acreanas – ou seja, beneficiando diretamente os provedores de serviços ambientais, como extrativistas, indígenas e produtores rurais familiares. Outra parte do recurso será destinado ao fortalecimento institucional dos órgãos que compõem e operacionalizam o Sisa.

CLIPPING 2012

"A parceria com o KfW é um belíssimo ato de reconhecimento, solidariedade e cooperação do banco alemão. Mesmo vivenciando uma crise financeira, ele prefere acreditar nas boas práticas de desenvolvimento, com a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população", falou o governador do Acre, Tião Viana (PT-AC), durante a assinatura do convênio.

O representante do KfW, Hubert Eisele, crê que o Acre, daqui para frente, vai combater mais e mais o desmatamento. "Este é um projeto inovador, que terá muita repercussão dentro e fora do Brasil. O Acre é um estado que está na vanguarda deste tipo de projeto", afirmou o Gerente de Florestas Tropicais do banco alemão.

A secretária-geral do WWF-Brasil, Maria Cecília Wey de Britto, afirmou que a iniciativa é importante e pode servir de referência. "Com ações desta natureza vão se formando exemplos concretos que, mais cedo ou mais tarde, vão ajudar na estruturação do conceito de REDD+. Também é possível, por meio desses exemplos, contabilizar, monitorar e avaliar esses tipos de projetos", afirmou Maria Cecília.

*** Com informações da Agência de Notícias do Acre**

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC

Clipping IMC 2013

CLIPPING 2013

Veículo de Comunicação: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

Link: http://www.ipam.org.br/revista/Recursos-do-governo-alemao-beneficiarao-florestas-e-populacoes-acreanas/505

Data: 31.01.2013

Recursos do governo alemão beneficiarão florestas e populações acreanas

***Por Maura Campanili**

Segundo Eufran Amaral, diretor presidente do IMC, grande parte dos recursos recebidos do governo alemão para combater o desmatamento no Acre serão aplicados na consolidação de atividades produtivas.

"Os recursos recebidos pelo Acre do programa REDD EarlyMovers (REM) do governo alemão, através do KfW, serão integrados às ações já existentes do Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais (Sisa) e voltados para beneficiar populações das áreas dos projetos", disse Eufran Amaral, diretor presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais do Acre (IMC). "Setenta por cento serão gastos em ações de fomento à produção: assistência técnica, mecanização etc. Ou seja, os recursos serão aplicados em consolidação de atividades produtivas em áreas já desmatadas ou para atividades de conservação de áreas de florestas. Os demais 30% serão para cobrir os custos de implantação do Sisa".

Segundo Amaral, o estado já recebeu a primeira parcela do programa, de 1,9 milhão de euros. O total de investimento previsto é de 16 milhões de

euros, entre 2012 e 2015. “Não é um financiamento. Recebemos em função da diminuição do desmatamento. É como um prêmio”, afirma do diretor presidente do IMC. Conforme Amaral, este é o primeiro recurso que efetivamente está entrando via desmatamento evitado e é importante por ter estabelecido critérios. “Estabelecemos que a média de carbono da floresta acreana é de 123,5 toneladas por hectare de carbono. Com isso, foi reconhecido que o valor é maior que a média que vem sendo aplicada pelo Fundo Amazônia, que é de 100 t por hectare de carbono. Também foi estabelecido um piso de valor para o nosso carbono, de 5 dólares por tonelada de carbono.

Amaral lembra que o IPAM teve papel fundamental no processo. Primeiro por ter sido selecionado para fazer o estudo de viabilidade do programa. “Foi o auditor externo para o KfW”, diz. Depois disso, a organização foi importante “para ajudar a pensar a estratégia de distribuição de benefícios e permitir avançar pensando em integração com o sistema nacional de REDD, quando for implantado, e internacional, quando houver”.

O diretor presidente do IMC contou, ainda, que o Acre foi escolhido por ter uma experiência que pode ser replicada. O primeiro lugar a receber recursos do programa REM foi o Acre. Além disso, há discussões com outros países [KHS1][1] latinoamericanos e asiaticos. Para Amaral, o reconhecimento é fruto de um processo de construção que teve início em 1999 e vem até hoje, com a criação de instrumentos para que funcione. “Conseguimos nos estruturar com salvaguardas e segurança. Acreditamos que esse aval do KfW é muito importante para que outras instituições acreditem nesse modelo, pois carbono é apenas o primeiro de vários serviços ambientais que queremos incentivar, como biodiversidade, água, populações tradicionais, beleza cênica etc. É um recurso que vai ajudar o estado a continuar a avançar no desenvolvimento sustentável”.

CLIPPING 2013

O Sisa foi criado a partir da Lei Estadual nº 2.308/2010, fruto de um intenso processo participativo durante os anos de 2009 e 2010, que incluiu uma consulta pública de nove meses. O sistema possui programas para cada serviço ambiental, se constituindo numa política abrangente que integra o setor ambiental com o setor produtivo. Através de incentivos aos serviços ambientais, busca dar garantias de territórios, fortalecendo a cultura e gerando renda, com a população rural protegendo a floresta através de atividades produtivas sustentáveis nas áreas já desmatadas e/ou fazendo ações de conservação e proteção das florestas.

CLIPPING 2013

Veículo de Comunicação: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

Link: http://www.ipam.org.br/revista/Karl-Heinz-Stecher-Programa-remunera-Acre-por-resultados-contra-desmatamento/493

Data: Janeiro de 2013

Karl-Heinz Stecher: Programa remunera Acre por resultados contra desmatamento

Karl-Heinz Stecher, coordenador do programa REDD EarlyMovers (REM) e economista para a área de mudanças climáticas do KfW

As ações pioneiras do Estado do Acre no combate ao desmatamento, através da implantação de um Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais (Sisa), sistema esse aprovado por lei em outubro do ano 2010, foram reconhecidas internacionalmente. O governo alemão incluiu o Acre em seu programa REDD EarlyMovers (REM). Segundo Karl-Heinz Stecher, coordenador do programa REM e economista para a área de mudanças climáticas do KfW, o estado brasileiro foi escolhido pelos resultados que conseguiu tanto na redução do desmatamento quanto na implantação de

políticas públicas que podem ter um efeito multiplicador tanto no Brasil como internacionalmente.

Clima e Floresta - O que é o Programa REDD EarlyMovers (REM) e por que o KfW resolveu investir nele?

Karl-Heinz Stecher – O programa REM foi desenvolvido depois da COP 15, em Copenhague, quando percebemos que as negociações do clima não iam chegar a um resultado tão cedo. Ficou claro, na ocasião, que o mecanismo de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação florestal (REDD), que havia se transformado numa grande expectativa para viabilizar enormes reduções de emissões - se falava até de 30% do que era necessário para ficar no patamar de aquecimento não superior a 2º C - ficou refém da lentidão das negociações no âmbito da convenção do clima. O quê fazer numa situação destas? Como contribuir para enfrentar o desânimo crescente? Como evitar que os que tinham investido muita criatividade, empenho e dinheiro para preparar-se para REDD não desanimassem de vez ou fossem desautorizados por seus superiores, governadores e presidentes por falta de recursos? O REM pretende dar uma modesta contribuição para um financiamento ponte (interino) de REDD. O programa dispõe, na sua fase inicial, de aproximadamente R$ 120 milhões no nível global. São recursos do governo alemão, disponibilizados através do Ministério de Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) . Esperamos que esses recursos cresçam durante os próximos anos. Ficamos muito animados com o grande interesse no programa, tanto por potenciais earlymovers, quanto por outras agências de cooperação. REM é essencialmente um programa de pagamentos sobre resultados na redução de emissões. Para a Alemanha, o programa REM é importante porque tem grande potencial multiplicador e catalisador para iniciativas que pretendem evitar o desmatamento.

CLIPPING 2013

Clima e Floresta - Por que o estado do Acre foi escolhido para receber estes recursos? Qual o seu montante e como e para que será pago?

Stecher - O estado do Acre foi escolhido por ser considerado um *early mover*. Talvez seja o *early mover* mais autêntico do mundo. Ainda lembro quando recebi a noticia da morte de Chico Mendes. Estava na cidade de São Paulo e foram comoventes as informações que chegavam do Acre. Eu, que não tinha a menor noção do que era a Amazônia brasileira, fiquei profundamente impressionado com a força da notícia da morte, que mexeu com a opinião pública de então. Foi um longo caminho desde a luta dos seringueiros até a lei estadual do Sisa. Muita luta e suor de muita gente: povos da floresta, movimentos sociais, pesquisadores, partidos políticos, secretários de meio ambiente, ONGs e institutos especializados, como o IPAM e muitos outros. O que conta, porém, não é o esforço, mas o resultado. O desmatamento no Acre, que ainda foi muito forte alguns anos atrás, começou a ceder. Os últimos governos estaduais têm tido um papel decisivo. O desmatamento não cedeu porque alguém encontrou uma fórmula mágica. Foi um conjunto de políticas públicas: o planejamento econômico-ecológico; o cadastro de propriedades rurais; a capacitação para lidar com sistemas sustentáveis de produção; créditos e impostos mais focalizados para apoiar a agricultura familiar sustentável; como também incentivos ambientais específicos. O montante do projeto REM-Sisa é de aproximadamente R$ 45 milhões. Os recursos serão pagos pelos resultados do desmatamento evitado dos anos 2012 a 2015. O desmatamento será medido pelo Prodes/Inpe e as reduções de emissões validadas pelo comitê científico do Sisa. Cabe lembrar que não haverá nesta transação nenhum tipo de “offsetting” e nem a comercialização de créditos no mercado voluntário de carbono.

CLIPPING 2013

Clima e Floresta - Este é o primeiro programa do gênero no mundo? Por que é importante um apoio como esse para um governo subnacional?
Stecher - O REM não está trabalhando com projetos locais. O que interessa é, em plena conformidade com os esforços no âmbito da convenção do clima e o fortalecimento de políticas nacionais de REDD. Isto é importante para não repetir os erros do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), de perder de vista o empenho setorial e ficar sem condições de controlar a fuga de carbono. Quer dizer, o deslocamento do desmatamento de um lugar para outro. Mas aparecem outros problemas: se abre uma grande distância entre os incentivos em nível nacional e o que é necessário em nível local para controlar os impulsores do desmatamento. Nesse sentido, o enfoque subnacional é muito promissor, porque permite – ainda mais num país federativo e de dimensões imensas como o Brasil – evitar a maior parte da fuga de carbono e estar mais perto dos atores locais para atacar os indutores do desmatamento. Em termos de repartição de benefícios, não tem como ultrapassar os estados. Seria um exercício muito abstrato, porque são os estados que retêm competências diversas que impactam o combate ao desmatamento. Ao mesmo tempo, qualquer atividade em nível estadual precisa ser estreitamente vinculada à política do governo federal, no que se refere as metodologias de medição da redução de emissões, ao monitoramento e à estrutura dos incentivos, como também às metas de redução do desmatamento em geral.

Clima e Floresta - O IPAM participou do desenho do programa REM no Estado do Acre. Por que esta participação foi importante?
Stecher - O IPAM participou de vários momentos em debates e na execução de estudos específicos. Para o KfW, foi importante ter um parceiro que reunia várias competências numa só equipe: ser co-impulsor e promotor da agenda REDD em nível internacional, ter experiência de implementação de políticas de

combate ao desmatamento em nível local e ter um conhecimento profundo dos mecanismos políticos vigentes na área florestal do Brasil. Tanto o rigor científico para montar uma contabilidade de carbono robusta como a capacidade de conceituar e operacionalizar propostas, como o *stock andflow*, para conseguir um sistema justo de repartição de benefícios. Essas capacidades foram essenciais para fazer frente aos múltiplos desafios que surgem no contexto de uma iniciativa inovadora como a cooperação Sisa-REM.

Clima e Floresta - Quais são os resultados esperados pelo KfW para o financiamento feito para o Acre e que tipo de projeto deverá ser beneficiado com os recursos?

Stecher - O REM remunera resultados na redução do desmatamento. O primeiro pagamento foi referente ao ano 2012. Futuros pagamentos serão sempre condicionados aos resultados dos anos subsequentes até 2015. Já a repartição de benefícios começará por dois programas do governo do estado direcionados às Cadeias Produtivas Sustentáveis e à Economia de Baixo Carbono. Novos programas poderão ser desenvolvidos futuramente. Além da redução de emissões, outros resultados esperados são os efeitos positivos sobre a biodiversidade. Os impactos socias dos programas serão medidos a partir de estudos específicos. No nível estrutural, o projeto visa a consolidação e ampliação do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais de Acre (Sisa) como mecanismo inovador de financiamento de serviços ambientais.

Clima e Floresta - Como será realizada a avaliação e o impacto desse financiamento para o Sisa?

Stecher - Como já falei, se trata de um programa de pagamentos sobre resultados. Se não houver resultados em termos de redução de emissões, não

haverá pagamentos nos próximos anos. Segundo, vamos acompanhar se a consolidação e ampliação do Sisa em termos operativos e de impacto está sendo atingida. E, finalmente, vamos monitorar os impactos sociais e ecológicos dos programas de repartição de benefícios. Isto vai acontecer a partir dos próprios órgãos do Sisa, como a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento do Sisa (Ceva), que é composta de membros de três conselhos diferentes (Conselho de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Conselho de Florestas e Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável) e garantirá a transparência e o controle social dos programas e subprogramas a serem financiados através do Sisa. Também serão feitos estudos específicos para medir o impacto.

Clima e Floresta - O Brasil tem como meta reduzir o desmatamento em até 80% até 2020. Como o senhor imagina o impacto desse financiamento e dos programas de REDD para o Brasil ou outros países detentores de florestas tropicais?

Stecher - O REM está desenhado como programa global para financiamento ponte de REDD. Queremos apoiar o avanço da fase um do preparar-se (*readiness*), para o concreto das fases dois (implementação piloto de *earlyactions*) e três (redução de emissões verificadas a partir de critérios e medidas aprovadas internacionalmente), no esquema definido no âmbito da COP de Copenhague. O Brasil é o país que tem dado mais ânimo a agenda REDD, por ter conseguido reduzir significativamente o desmatamento da Amazônia, de 27.000 km², em 2004, para 4.656 km², em 2012. A atuação dos estados da federação é complementar à atuação do governo federal. Consideramos que sistemas como o Sisa podem fazer uma verdadeira diferença. Ficamos felizes quando a experiência do Acre inspira outros estados, como recentemente foi o caso com a aprovação da lei que cria o

CLIPPING 2013

Sistema Estadual de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) no Estado de Mato Grosso, sistema muito similar ao Sisa do Acre. É exatamente este o objetivo do REM: recompensar os esforços dos pioneiros para que outros sigam o seu exemplo, tanto nacional como internacionalmente.

CLIPPING 2013

Veículo de Comunicação: WWWF-BRASIL

Link: http://www.wwf.org.br/?34062/oficina-debateu-gerenciamento-de-reas-protegidas-no-acre

Data: Março de 2013

Oficina debateu gerenciamento de áreas protegidas no Acre

** Por Fernanda Melonio*

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (Sema) realizou nos dias 07 e 08 de março, em Rio Branco, uma oficina envolvendo órgãos e instituições que compõem o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Acre (Seanp-AC) para discutir a criação de novos instrumentos de aperfeiçoamento do Sistema.

Participaram da oficina representantes do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), Secretaria de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (Sedens), Secretaria de Estado de Educação (SEE), Batalhão de Policiamento Ambiental, Assessoria Especial para Assuntos Indígenas do Acre, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), Fundação Nacional do Índio (Funai), WWF-Brasil, GIZ/AC, FUNBIO e UFRRJ.

CLIPPING 2013

Processo participativo e multi-institucional

Não é exatamente uma novidade que existem mais espécies de animais e plantas na Amazônia do que na maior parte do mundo. Dentre os estados brasileiros que fazem parte do bioma, o Acre é um dos que concentra a maior biodiversidade e se destaca por conservar florestas em 88% de seu território, sendo boa parte delas destinadas à manutenção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Com o intuito de gerenciar este grande corredor ecológico, foi criado em 2001 o Seanp-AC, que hoje compreende 75% do território do estado e uma população estimada de 100 mil pessoas.

O SEANP é diferente de outros sistemas legais vigentes no país, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), porque envolve o gerenciamento de mais categorias. Enquanto o SNUC, aprovado em 2000, é constituído apenas por Unidades de Conservação de Proteção Integral e as de Uso Sustentável, o Seanp, além das categorias abrangidas pelo Snuc, reconhece as terras indígenas, os projetos de assentamento diferenciados – extrativista, desenvolvimento sustentável e florestal – e, finalmente, as reservas legais e áreas de preservação permanentes (APPs) de propriedades particulares.

Com isto, há um gerenciamento mais pontual das áreas protegidas do Estado do Acre, que são vistas como um conjunto integrado. No entanto, tamanha diversidade de abrangência faz com que seja necessária a elaboração de instrumentos de gestão, financeiros e legais mais específicos. Para o secretário de Meio Ambiente do Acre, Edegard de Deus, a importância da oficina é justamente possibilitar que o processo seja participativo e se adeque à realidade das diversas instituições envolvidas e da sociedade como um todo. “É atualmente impossível para a Sema ou qualquer uma das instituições responsáveis realizarem um monitoramento adequado sem

compartilhamento de informações e envolvimento das comunidades. É pelo compartilhamento que damos capilaridade e efetividade aos processos".

Uma das metas do WWF-Brasil é fortalecer o sistema de unidades de conservação no país. Segundo a especialista em áreas protegidas do Programa Amazônia da instituição, MariseteCatapan, sua função neste processo é ajudar na conexão entre os pontos do sistema. "Fizemos um desenho do que almejamos para o SEANP, ou seja, o que ele necessita para funcionar como um sistema e não um conjunto de áreas isoladas dentro de um território. Para isso, ele precisa que os papéis das instituições que o compõem estejam bem definidos e compreendidos por todos os componentes. Esta oficina serve para isso, para começarmos a ter essa identidade e linguagem comum", adverte Marisete.

De acordo com Jakeline Bezerra, do Departamento de Áreas Protegidas da Sema e chefe da Divisão do Seanp, durante a oficina foi estabelecido um plano de trabalho pautado na execução de curto prazo, de passos que precisam ser dados antes de se chegar na publicação de um decreto que regulamente o Sistema". Para ela, a principal finalidade do Seanp é dar resposta e suporte a quem precisa, este universo de pessoas que vivem nas unidades de uso sustentável e que dependem de políticas públicas adequadas. "São populações que precisam estar conscientemente envolvidas, porque elas têm um papel infinitamente maior do que simplesmente morar na floresta: elas são, na verdade, as mantenedoras da floresta" conclui Jakeline.

* com informações da Assessoria da Sema

CLIPPING 2013

Veículo de Comunicação: Site Senador Jorge Viana

Link: http://www.jorgeviana.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2579:imc-apresenta-contribuicoes-para-simposio-internacional-de-agroecologia-do-acre&catid=12:noticias-da-amazonia&Itemid=16

Data: 19.03.2013

IMC apresenta contribuições para Simpósio Internacional de Agroecologia do Acre

*Luiz Felipe :: Ag. Noticias Ac

O Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) e a Embrapa Acre apresentaram dois estudos de grande colaboração para a discussão sobre os "Desafios e perspectivas para o futuro", no 1oSimpósio de Internacional de Agroecologia do Acre. A aliança entre o conhecimento científico, técnico e tradicional promoveu uma intensa troca de experiência e a aproximação entre instituições e os produtores rurais.

O primeiro estudo trata da contabilização das emissões e das capturas de gases de efeito no Acre. O Inventário de Emissões Antrópicas e Sumidouros de Gases de Efeito do Estado do Acre: Ano base – 2010 demonstra que a

agroecologia contribui para a redução das emissões, por permitir o uso da terra sem a derrubada e queima, além de contribuir para superação das desigualdades sociais, com conservação ambiental e produção integrada.

"Os produtores ficaram surpresos em saber que, com a agroecologia, contribuem para a redução dos efeitos negativos das mudanças climáticas em todo planeta, além de fornecerem alimentos mais saudáveis para a população", ressaltou a engenheira florestal Angelita Butzke, que é uma dos editores do Inventário.

O segundo trabalho, realizado em parceria com a Embrapa Acre, foi apresentado pelo técnico do Instituto de Mudanças Climáticas, Dr. Nilson Bardales. O estudo intitulado Oportunidades para ampliação de práticas agroecológicas e etnopedologia como base para análise ambiental e diálogo entre os saberes indígena e técnico na terra indígena Kaxinawa do Rio Envira, Feijó, estado do Acre, Brasil, se dedica ao conhecimento da percepção local sobre as propriedades do solo e seu manejo.

"Os indígenas demonstraram um profundo conhecimento, que atravessa gerações, de seu território e de seus recursos naturais e são a base de sua sobrevivência e garantia de vida na terra indígena", explicou o Dr. Bardales.

O evento foi um estímulo aos agricultores à uma mudança no modelo de produção, mostrando como a agroecologia é capaz de recuperar solos, cuidar das águas, promover a produção de alimentos sem agrotóxicos e aumentar a qualidade de vida de populações.

CLIPPING 2013

Veículo de Comunicação: Procuradoria Geral do Estado do Acre

Link: http://pge-ac.jusbrasil.com.br/noticias/100474494/pge-participa-do-lancamento-da-universidade-virtual-da-amazonia

Data: 23.04.2013

PGE participa do lançamento da Universidade Virtual da Amazônia.

Publicado por Procuradoria Geral do Estado do Acre (extraído pelo JusBrasil) - 2013

Na manhã desta terça-feira, 23, no auditório da Biblioteca da Floresta, a PGE Acre, representada pelo Procurador-Geral do Estado Rodrigo Fernandes das Neves, participou do evento de lançamento dos cinco primeiros cursos da Universidade Virtual da Amazônia. Uma parceria consolidada entre o governo do Estado do Acre com a Universidad para laCoperación Internacional - UCI, da Costa Rica. O método utilizado é o de ensino a distancia, sobre a plataforma virtual conhecida como Moodle.

Os primeiros cursos são: Construção de Espaços Virtuais de Aprendizado;Ferramentas Básicas para a Administração de Riscos e Desastres; Integrando a.

Adaptação à Mudança Climática na Planificação para o Desenvolvimento; Introdução à Gestão de Empresas de Turismo Sustentável; Formulação e Avaliação de Projetos de Cooperação. Todos os cursos se desenvolvem de forma virtual, com apoio e tutoria da UCI.

A parceria com o Estado do Acre se deu por intermédio da Escola do Servidor Público do Acre – Fespac, do Instituto de Mudanças Climáticas – IMC e da

CLIPPING 2013

Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – Funtac, com apoio da Cooperação Alemã – GIZ.

A Universidad para laCoperación Internacional é uma instituição privada com sedes na Costa Rica e no México, focada na formação complementar e continuada de lideres e profissionais capazes de conduzir as mudanças necessárias para o desenvolvimento econômico, ambiental, sociocultural e político dos países da America Latina.

Ela mantém alianças e convênios com 22 dos mais importantes centros de ensino e pesquisa ao redor do mundo, como o Project Management Institute, a Cátedra da UNESCO e a Universidad de Barcelona. E utiliza a plataforma virtual (Moodle) para a oferta de mestrados, doutorados e outros cursos de especialização chancelados por estas instituições.

CLIPPING 2013

Veículo de Comunicação: CARE-BRASIL

Link: http://www.care.org.br/noticias/care-brasil-parceiros-manual-padroes-socioambientais/

Data: 06.05.2013

CARE Brasil e parceiros apresentam manual de padrões ambientais

Entre os anos de 2010 e 2013, o Governo do Estado do Acre, em parceria com a CARE Brasil, iniciou um processo de implementação dos padrões sociais e ambientais da Iniciativa Internacional, a partir da interpretação e adequação dos mesmos à realidade do estado, junto ao Programa de Incentivos a Serviços Ambientais Carbono do Acre – Programa ISA Carbono, que é um dos Programas criados pelos Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre – SISA, em regulamentação e implementação pelo Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre – IMC.

CLIPPING 2013

Em prol do alto desempenho social e ambiental do programa e da política pública citados, a CARE Brasil apresenta, em 2013, um manual para monitoramento das salvaguardas sociais e ambientais do SISA, sendo as salvaguardas mencionadas os próprios padrões em questão.

O material, em construção via parceria com o IMC e o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), tem a finalidade de orientar o uso desta ferramenta de monitoramento além de apresentar a metodologia e seus fluxos de monitoramento pertinente ao cumprimento dos princípios e critérios relativos aos padrões, tanto no âmbito do Programa ISA Carbono e do SISA quanto na esfera dos projetos a serem registrados.

Entre os princípios presentes nestes padrões, destacam-se: o reconhecimento e respeito do Programa ISA Carbono aos direitos a terra, território e recursos; o compartilhamento equitativo dos benefícios gerados pelo programa; a contribuição do programa para a boa governança; a participação plena e eficaz dos diversos atores neste programa; entre outros.

O evento de apresentação e revisão do manual ocorreu no dia 10 de maio, no auditório do Centro de Formação Profissional em Serviços “Campos Pereira”, em Rio Branco, e contou com um público formado por representantes da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA) do SISA, do Grupo de Trabalho Indígena, o qual integra a CEVA, da equipe técnica do IMC, de diversos representantes da sociedade civil e do governo nas suas diferentes esferas, por meio da participação dos conselheiros estaduais do Acre, além da presença de outros atores relevantes.

Projeto de Institucionalização dos Padrões Socioambientais de REDD+ no SISA

CLIPPING 2013

Objetivo – Concretizar a implantação e o uso dos padrões socioambientais de REDD+ da Iniciativa Internacional no SISA/AC

Eixos estratégicos

*Fortalecimento institucional do Departamento de Monitoramento do IMC e da CEVA;

*Comunicação do desenho e da funcionalidade do Departamento citado e da CEVA;

*Aplicação dos Padrões Socioambientais de REDD+ nos planos e projetos do SISA;

*Intercâmbio e Aprendizagem com outras iniciativas, principalmente com o Amazonas.

Público-alvo

*Provedores de serviços ambientais relativos ao carbono e possíveis beneficiários do programa ISA Carbono;

*Indígenas, extrativistas, manejadores florestais, assentados médios e grandes produtores.

CLIPPING 2013

Veículo de Comunicação: WWF-BRASIL

Link: http://www.wwf.org.br/?uNewsID=35382

Data: 28.06.2013

WWF-Brasil e Governo do Acre lançam estudo sobre incentivos por serviços ambientais

*Por Fernanda Melonio

Nesta sexta-feira, 28 de junho, foi lançada em Rio Branco (AC), a publicação "O Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Estado do Acre". O estudo, que é uma parceria entre o WWF-Brasil e o Instituto de Mudanças Climáticas do Acre (IMC), trata do Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA) que inclui o regime de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) do estado.

Conhecido como Incentivos por Serviços Ambientais Associados com Carbono, ou ISA Carbono, esse programa representa uma das primeiras políticas públicas de REDD jurisdicional e é considerada a mais avançada em todo o mundo.

O Estado do Acre mantém 87% de sua cobertura florestal original, e entre 2003 e 2012, a taxa de desmatamento caiu 71%, um padrão que também foi observado posteriormente em toda a Amazônia brasileira. A partir de 1999, o governo do Acre começou a implementar uma série de políticas socioambientais que contribuíram para a queda mais precoce do desmatamento no estado.

Dentre essas políticas destacam-se o Zoneamento Ecológico-Econômico, que serve como instrumento básico de ordenamento territorial; o

estabelecimento e a expansão de um sistema de áreas protegidas, cujas unidades públicas cobrem quase 50% do estado; um sistema avançado de monitoramento da cobertura florestal; o apoio à economia de base florestal, por meio de concessões florestais e fomento ao manejo florestal de uso múltiplo, verticalização das cadeias produtivas através de investimentos na indústria de processamento; e incentivos a unidades produtivas familiares na adoção de práticas produtivas sustentáveis.

O estudo visa analisar o desenho e o processo de construção do programa, identificando fortalezas e desafios, além de contribuir com subsídios para sua implementação e identificar lições relevantes para o desenho de outros regimes de REDD.

O Programa ISA Carbono, que apresenta inúmeros aspectos positivos e inovadores, já atraiu apoio de diversas parcerias técnicas e financeiras. O seu financiamento assegurado até o final de 2012 foi de cerca de R$107,7 milhões, e as perspectivas futuras para financiamento são promissoras.

Hoje, a existência de modelos e a disponibilidade de financiamento devem facilitar a criação de novos regimes de REDD. A experiência do Acre pode servir de inspiração para o desenho desses regimes no Brasil e em outras partes do mundo, além de trazer referências que podem contribuir para a definição de uma estratégia nacional de REDD.

CLIPPING 2013

Veículo de Comunicação: Site Senador Jorge Viana

Link: http://www.jorgeviana.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3346:-governo-e-wwf-publicam-estudo-sobre-incentivos-a-servicos-ambientais-do-acre-&catid=12:noticias-da-amazonia&Itemid=16

Data: 04.07.2013

Governo e WWF publicam estudo sobre incentivos a serviços ambientais do Acre

* Por Felipe Mesquita e Fernanda Melonio/Agência Notícias do Acre

Em suas 88 páginas, o estudo traz a análise do desenho e do processo de construção do Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais (Foto: Assessoria IMC)

O mais avançado do mundo. Esta e outras conclusões estão no livro “O Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Estado do Acre, Brasil - Lições para Políticas, Programas e Estratégias de REDD Jurisdicional”, lançado na última sexta-feira, 28, no auditório da Biblioteca da Floresta, em Rio Branco. O exame independente do WWF-Brasil contou com a colaboração do governo do Acre e de instituições da sociedade civil acreana.

CLIPPING 2013

"É muito rica a oportunidade de ter uma política pública densa como esta analisada de forma independente por um organismo externo ao governo", disse Eufran Amaral (Foto: Arquivo Secom).

O mais avançado do mundo. Esta e outras conclusões estão no livro "O Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Estado do Acre, Brasil - Lições para Políticas, Programas e Estratégias de REDD Jurisdicional", lançado na última sexta-feira, 28, no auditório da Biblioteca da Floresta, em Rio Branco. O exame independente do WWF-Brasil contou com a colaboração do governo do Acre e de instituições da sociedade civil acreana.

Em suas 88 páginas, o estudo traz a análise do desenho e do processo de construção do Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais (Sisa), identificando suas fortalezas e desafios. Seu objetivo é identificar lições relevantes para o desenho de outros programas e estratégias de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD). Além disso, espera-se que as análises contidas no estudo possam contribuir com subsídios para o Programa ISA Carbono, o primeiro a ser implementado pelo Sistema.

CLIPPING 2013

O Sisa foi gestado durante décadas de evolução da mentalidade das nossas políticas de desenvolvimento sustentável (Foto: Arquivo Secom)

"Esse programa representa uma das primeiras políticas públicas de REDD jurisdicional e é considerado o mais avançado em todo o mundo", assevera o parágrafo em destaque, logo na primeira página.

Para o diretor-presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre, Eufran Amaral, esta é uma chance de alto relevo. "É muito rica a oportunidade de ter uma política pública densa como esta analisada de forma independente por um organismo externo ao governo. O Sisa foi gestado durante décadas de evolução da mentalidade das nossas políticas de desenvolvimento sustentável e nasceu de um processo de contribuição da comunidade científica, da sociedade civil organizada e com ampla participação popular, principalmente das populações mais vulneráveis, como os pequenos produtores, extrativistas e indígenas", completou.

De acordo com o estudo, o ISA Carbono possui diversos pontos fortes como o contexto político favorável, um sistema avançado de monitoramento, um processo altamente participativo de formulação e credibilidade evidente, que já resultou na arrecadação de R$ 107,7 milhões em investimentos até o final de 2012.

"O estudo também mostra desafios importantes do programa", aponta o coordenador do estudo, Anthony Anderson, especialista em Clima e Florestas

do WWF-Brasil. “O desafio mais crítico é o detalhamento dos incentivos a serem fornecidos pelo programa aos beneficiários que reduzem o desmatamento ou conservam as florestas, pois sua eficácia é um ponto-chave para que o Acre continue sua trajetória de desmatamento decrescente. O SISA atenderá beneficiários potenciais de grupos bastante distintos, como pequenos, médios e grandes proprietários rurais, indígenas, extrativistas, assentados, etc., o que resulta em alta complexidade de implementação”.

Para Carlos Rittl, coordenador do Programa de Mudanças Climáticas do WWF-Brasil, também é fundamental que o ISA Carbono seja harmonizado com potenciais sistemas nacionais e globais de REDD. “O Acre avançou mais rápido do que o governo federal e que a própria Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, que discutem há anos o tema de REDD. Quando houver um mecanismo nacional e um sistema global de REDD, talvez ajustes sejam necessários no Sisa para assegurar a sua conexão àqueles sistemas”, afirmou Rittl.

“Por outro lado, o governo brasileiro e a própria Convenção de Clima da ONU devem buscar aprender com a experiência e pioneirismo do Acre no tema de REDD, para avançar mais rapidamente em seus próprios processos. Espera-se que o estudo do WWF-Brasil possa servir também a este fim”, conclui.

CLIPPING 2013

Veículo de Comunicação: Ac 24 Horas

Link: http://www.ac24horas.com/2013/08/05/eufran-amaral-deixa-o-imc-para-assumir-a-embrapa-e-rodrigo-neves-da-pge-o-substituira-no-instituto/

Data: 05.08.2013

Eufran Amaral deixa o IMC para assumir a Embrapa e Rodrigo Neves, da PGE, o substituirá no Instituto

Foi publicado na edição desta segunda-feira, 5, do Diário Oficial do Estado a exoneração de Eufran Ferreira do Amaral, do cargo de diretor-presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC). Eufran deixa o cargo no governo do Acre para assumir a chefia da Embrapa no Estado. e vai ocupar o cargo nos próximos três anos, em substituição ao pesquisador Judson Valentim.

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Neves, assumirá o comando do IMC. Neves acumulará a função de chefe da PGE e do Instituto antes presidido por Eufran. Ele deve ser nomeado nos próximos dias.

Confira o decreto de exoneração de Eufran Amaral

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 6.165 DE 2 DE AGOSTO DE 2013

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso VI, da Constituição Estadual, combinado com o art. 7°, § 1º, da Lei nº 2.308/2010, e

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a pedido, EUFRAN FERREIRA DO AMARAL, do cargo

CLIPPING 2013

de Diretor-Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC, nomeado através do Decreto nº 1.387, de 14 de março de 2011.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, 2 de agosto de 2013, 125o da República, 111o do Tratado de Petrópolis e 52o do Estado do Acre.

Tião Viana - Governador do Estado do Acre

CLIPPING 2013

Veículo de Comunicação: AC 24Horas

Link: http://www.ac24horas.com/2013/08/02/instituto-de-mudancas-climaticas-firma-termo-cooperacao-tecnica-com-ifac-para-estudos-ambientais/

Data: 02.09.2013

Instituto de Mudanças Climáticas firma termo cooperação técnica com Ifac para estudos ambientais

Na manhã desta sexta-feira (2), o governo do Estado, por meio do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), assinou um termo de cooperação com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac).

A cooperação vai possibilitar a troca de experiências no campo técnico, científico, profissional e educacional, de professores, pesquisadores e acadêmicos.

Serão realizados estudos sobre mudanças climáticas, uso da terra, sobre as emissões de gases de efeito estufa, inventário detalhado de setores do transporte, energia, agropecuária, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e outros setores, como indústria e comércio no estado do Acre.

Para o presidente do IMC, Eufran Amaral, a parceria é importante. “O Ifac vai ser um parceiro importante tanto no trabalho de criação de indicadores que nós não temos, como também em relação a conhecimentos que esta instituição já domina e que vai contribuir para melhorar ainda mais o Inventário de Gases de Efeito Estufa de 2014, com o ano-base de 2012”, ressaltou Amaral.

*Da redação ac24horas

*Com informações da Agência de Notícias do Acre

CLIPPING 2013

Veículo de Comunicação: Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

Link: http://blog.cifor.org/19375/reportagem-especial-como-um-estado-amazonico-esta-liderando-os-avancos-da-politica-de-mudanca-climatica#.Vgq63stViko

Data: Novembro de 2013

REPORTAGEM ESPECIAL: Como um estado amazônico está liderando os avanços da política de mudança climática

No oeste do Brasil, um governo estadual está tentando provar que é possível proteger a Amazônia e melhorar a vida das populações rurais ao mesmo tempo.

O Acre é uma das jurisdições mais remotas do país: a capital, Rio Branco, localiza-se às margens de um afluente do rio Amazonas, a aproximadamente 4.000 km de distância do Rio de Janeiro. Quase 90% do estado ainda está coberto pela floresta tropical — e diversos governos estaduais sucessivamente decidiram que mantê-lo dessa maneira representa vantagens enormes para o seu povo.

Eles estabeleceram uma estrutura jurídica estadual inovadora e abrangente que tenta mudar todo o modelo de desenvolvimento do estado para um baseado nas florestas.

O Acre não é um estado rico (embora o PIB tenha crescido continuamente desde os anos 90), então o governo espera que os fluxos de dinheiro de investidores estatais ou privados ajudem a financiar o sistema, por exemplo, através do mecanismo de REDD+:um esquema apoiado pela ONU cujo objetivo é combater as mudanças climáticas reduzindo as emissões de

carbono por desmatamento e degradação florestal.

Quando as florestas são desmatadas ou degradadas por queimadas ou má gestão da extração seletiva, elas liberam toneladas de dióxido de carbono na atmosfera. O REDD+ tem como objetivo combater as alterações climáticas, pagando os países em desenvolvimento para manter suas florestas de pé.

Contudo, embora as negociações internacionais sobre a forma como este regime será financiado tenham parado, o Acre levou o projeto adiante.

“O Acre sempre teve pressa”, diz Rodrigo Neves, procurador geral do Estado, que tem sido providencial na criação do esquema.

“Não podemos esperar pelas condições ideais de negociações internacionais ou discussões nacionais sobre o REDD+. Esse senso de urgência nos levou a agir. Nós não sentamos e esperamos que um grande tratado internacional ou uma lei nacional faça o nosso trabalho.”

Este artigo é parte de um pacote de multimídia sobre a floresta amazônica. Veja mais em blog.cifor.org/amazonia

Neves e vários funcionários públicos, incluindo Eufran Amaral e Monica de los Rios, do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Estado do Acre, passaram os últimos anos tentando provar o que pode ser feito em uma jurisdição subnacional, se houver boa vontade política, para que quando o dinheiro começa a fluir, o Acre esteja preparado para recebê-lo.

“O mundo precisa de ação hoje, não no futuro”, diz Monica de los Rios. “Se não agirmos aqui em nosso estado, o desmatamento e a degradação continuarão.”

Estratégia inovadora

CLIPPING 2013

Em 2010, a Assembleia do Estado do Acre aprovou uma nova lei chamada do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA).

O SISA é o ápice de mais de uma década de políticas pró-ambientais iniciadas pelo autoproclamado "Governo da Floresta" do Acre e seus sucessores desde 1998, quandoanunciou o objetivo de interromper o desmatamento em 18% da superfície do estado, e colocando 25% das florestas do estado (cerca de 4 milhões de hectares) sob manejo florestal sustentável.

Uma parte do programa de certificação do Acre envolve dar às famílias ajuda com a avicultura, para fornecer-lhes uma renda que não requeira maior desmatamento. Kate Evans/CIFOR

A nova lei estabelece as bases para a criação de incentivos para manter e restaurar "serviços ambientais" — os estoques de carbono florestal, água, solo, biodiversidade, conhecimentos tradicionais — e inclui uma estrutura que permite que o estado estabeleça vínculos com os mercados para esses serviços que começaram a emergir internacionalmente.

Ao contrário de algumas outras jurisdições em todo o mundo, onde programas iniciantes do REDD+ funcionam isoladamente, Acre desenvolveu a estrutura jurídica do seu programa em todo o estado antes de encorajar projetos de carbono florestal.

Isso envolveu a definição de várias instituições para regular o sistema, comercializar créditos de carbono, fornecer pareceres científicos e negociar com a sociedade, diz Neves.

"Queríamos estabelecer um sistema que fosse o mais completo possível. Fomos pioneiros, e é claro que como tal, aprendemos algumas lições, tivemos de inventar muito durante o processo e ainda estamos fazendo isso", disse ele.

O SISA incorpora a Certificação do Programa de Pequenos Produtores

Rurais do Acre. Esse programa oferece incentivos para que os pequenos produtores se envolvam em atividades mais sustentáveis de utilização da terra, incluindo estratégias para tornar terras já desmatadas mais produtivas.

Incentivos para o desenvolvimento sustentável

Sebastião Lima da Silva e sua família vivem em uma pequena propriedade perto da recém-pavimentada BR-364, no Acre, identificada pelo governo como “zona de assistência prioritária”.

A estrada, que cruza o nordeste do estado até a fronteira do Brasil com o Peru, passa por uma vasta floresta intacta. Até pouco tempo, era uma pista de terra, intransitável na estação das chuvas.

A melhoria do acesso desde sua pavimentação em 2010 beneficia extremamente os moradores locais, como Sebastião, pois permite a comercialização dos seus produtos e facilita para as crianças irem à escola ou para ir a consultas médicas, mas também significa que a área agora está em risco de desmatamento acelerado.

Ronei Santana é da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), que está implementando o Programa de certificação. Ele visita a fazenda de Sebastião e outras propriedades ao longo da estrada para verificar o andamento do programa.

“Nós não queremos ver aqui o que se encontra com tanta frequência na Amazônia: formas descuidadas de desenvolvimento, como a expansão da produção agropecuária, aumento das queimadas e dificuldades para ajudar os produtores a aumentarem suas receitas e, ao mesmo tempo, garantir a soberania dos alimentos”, diz Santana.

“Portanto, o governo estadual está ciente da importância de mudar essa

tradição, mas ao mesmo tempo, precisa encontrar alternativas para os produtores."

A rodovia BR-364, recém-pavimentada, está em risco de maior desmatamento. Kate Evans/CIFOR.

Assim, como os outros pequenos produtores ao longo da estrada, Lima da Silva recebe assistência da equipe de Santana para adotar práticas mais sustentáveis. Ele e sua família receberam assistência para desenvolver a avicultura e a piscicultura e para melhorar suas florestas com mudas de açaí (fruta nativa da floresta amplamente consumida no Brasil).

Eles também receberam treinamento em técnicas para preparar alimentos sem o uso do fogo. Legumes que enriquecem as propriedades do solo estão sendo usados para corrigir nitrogênio e fertilizar solos como alternativa para agricultura itinerante.

Até pouco tempo, todo ano, nos meses de agosto ou setembro, Lima da Silva limpava novos campos de agricultura, um importante componente dos sistemas de gestão de terras dos pequenos proprietários rurais por milênios.

Como para incontáveis outros pequenos produtores rurais em toda a Amazônia, essa foi a única maneira de obterem novas terras para aumentar a produção de alimentos básicos para a sobrevivência: arroz, feijão e mandioca. Depois de alguns anos, os nutrientes desses campos se esgotavam, e ele precisaria cortar e queimar novamente.

"Antes, na estação das queimadas, havia fogo em todo lugar, você podia ver a fumaça subindo em qualquer lugar", diz ele.

Apesar dos benefícios sociais e de biodiversidade associados à agricultura itinerante, as políticas de conservação (como o REDD+)

normalmente restringem as práticas itinerantes, como em anos de seca, riscos das queimadas se tornarem grandes incêndiosque possam degradar grandes áreas de florestas.

O ano de 2005 foi especialmente ruim no sudoeste da Amazônia. Só no Acre, 300 mil hectares de florestas foram queimados.

Embora a maior parte do desmatamento e queimadas de grande escala na Amazônia esteja associada à criação de gado e florestas convencionalmente desmatadas que são mais suscetíveis à queima, os pequenos proprietários rurais também são parte desse quadro. No acre, estima-se que eles sejam responsáveis por 36% do desmatamento do estado.

Sem apoio para uma agricultura mais sustentável, diz Lima da Silva, ele ainda estaria cortando e queimando as florestas.

“Encontramos uma maneira de subsistir. Precisamos de mandioca, de feijão, de milho, de arroz, e sem queimar nem desmatar, não tínhamos meios de sobreviver”, ele disse.

“Até correríamos o risco de sermos multados pelo IBAMA [órgão de fiscalização ambiental federal], porque não haveria outra saída. Desmataríamos para plantar o que comer.”

Ele diz que quando a equipe da SEAPROF chegou na região, os fazendeiros ficaram céticos sobre a produção de alimentos sem o uso das queimadas.

“Estávamos acostumado a cortar, limpar e queimar para produzir, e pensávamos que teríamos mais trabalho”, conta Lima da Silva.

“Mas aí… as pessoas pararam de usar o fogo. Quando você passa pela rodovia agora, você não vê mais queimadas.”

O que este programa pode significar para as vidas locais e florestas?

CLIPPING 2013

Em 2010, enquanto a BR-364 era pavimentada nos dias anteriores ao programa de certificação, Amy Duchelle e a equipe de pesquisadores do Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR)passaram vários meses na área, entrevistando 240 famílias de pequenos produtores rurais sobre suas terras e suas vidas como parte do Estudo Comparativo Global sobre REDD+ do CIFOR.

Eles retornarão ainda este ano para repetir as entrevistas e ver quais impactos o programa SISA teve sobre o bem-estar humano e sobre as florestas da área. Este processo está sendo repetido por cinco outras iniciativas subnacionais do REDD+ na Amazônia brasileira e em 17 outros locais em todo o mundo.

Alguns dos esquemas, como o do Acre, utilizam a abordagem de que os incentivos da oferta para mudar o comportamento das pessoas podem ser mais eficiente do que a ameaça de punição apenas, como mostra o caso de Lima da Silva, embora eles totalmente os esforços para garantir a conformidade ambiental.

“O que vemos na realidade aqui no Acre são muitos incentivos para tornar os sistemas de produção mais sustentáveis. Isso tem muita força, porque as pessoas não podem ser punidas se elas não têm alternativas, diz Duchelle.

“Com isso, nossa pesquisa pode ajudar a informar se tais políticas são realmente benéficas para as pessoas locais e para as florestas.”

Além do REDD+

A equipe do CIFOR está examinando o SISA como exemplo de iniciativa subnacional do REDD+: mas de algumas formas, o esquema do Acre vai além do REDD+, pois ele é frequentemente conceitualizado, segundo Amy Duchelle.

“O aspecto do desenvolvimento rural sustentável vem primeiro”, diz ela.

E, de fato, os arquitetos do SISA têm o cuidado de não rotular seu esquema como REDD+.

“Estamos tentando evitar o conceito tradicional do REDD+, tentando reunir outros benefícios no processo das reduções de emissões de gases de efeito estufa”, diz Monica de los Rios, do Instituto de Mudanças Climáticas do Acre.

“Há muitos equívocos do conceito do REDD+. Isso é porque há muitos exemplos no mundo, tentando olhar apenas para a redução das emissões de gases de efeito estufa a qualquer custo e amedrontando as pessoas”, ela conta.

Pesquisadores do CIFOR entrevistaram 240 famílias de pequenos produtores no Acre sobre seu uso da terra e seus meios de subsistência como parte de Estudo Comparativo Global do CIFOR sobre REDD+. Kate Evans/CIFOR

Mesmo economicamente, concentrar-se apenas no carbono não tem sentido, segundo Fábio Vaz de Lima, chefe de outra divisão do governo do Acre envolvida na implementação do SISA, a Secretaria de Desenvolvimento Florestal (SEDENS).

“Mesmo se o preço atual de USD 5 [por tonelada de carbono] aumentar, nunca será suficiente para garantir total proteção florestal, porque o custo de manutenção de florestas é extremamente alto”, diz Fábio.

“Em algumas áreas, os custos para os produtores são realmente altos. Então não podemos viver na ilusão de que esse tipo de pagamento por

serviços ambientais possa, sozinho, proteger as florestas. Essas iniciativas têm que andar de mãos dadas com outras atividades", explica.

De acordo com Duchelle, a experiência do Acre mostra que o REDD+ deve ser reconceitualizada como uma parte mais ampla do modelo de desenvolvimento ambiental de baixas emissões de gases de efeito estufa, como foi sugerido por outros pesquisadores.

"Eu acho importante reestruturar o REDD+", diz ela.

"É mais palatável para pessoas que estão realmente no campo e pessoas que precisam e querem o desenvolvimento. É apenas desenvolvimento de uma forma diferente. E eu acho que essa é a chave, e o Acre está realmente à frente disso."

Ela diz que os pequenos produtores rurais na Amazônia têm suas próprias opiniões sobre como o REDD+ deveria funcionar.

"Durante nossa pesquisa, alguns membros da comunidade nos deram recomendações sobre como as iniciativas do tipo REDD+ deveriam progredir", ela conta.

"Na verdade, levamos essas ideias para alguns dos nossos proponentes, que foram extremamente receptivos a elas. O REDD+ não precisa ser um processo decrescente."

Fábio Vaz de lima acredita que uma abordagem crescente — do povo para os governos locais, dos governos locais para órgãos internacionais — pode ser a chave do sucesso do REDD+.

"Para que algo funcione internacionalmente, é necessário que seja a soma de experiências locais. Dessa forma, tem mais chances de êxito. É melhor se o mundo souber o que está sendo feito no Brasil, Indonésia, México

e Costa Rica do que aplicar uma regra mundial e esperar que todos a adotem", ele aponta.

Conectados nacionalmente e globalmente

Com a estrutura jurídica definida, o governo do Acre agora está começando a se conectar com diversos mercados de carbono voluntários regulados que estão surgindo em todo o mundo.

O estado já chegou a um acordo com a Alemanha sobre 4 milhões de toneladas de carbono sob o programa REDD EarlyMovers, recebeu uma garantia de 35 milhões de dólares do Fundo Amazônia da Noruega, e também tem uma parceria com o WWF e Sky.

O esquema do Acre segue a abordagem de que oferecer incentivos para mudar o comportamento das pessoas pode ser mais eficaz do que apenas a ameaça de castigo. Kate Evans/CIFOR.

Ele também está colaborando com uma das jurisdições subnacionais economicamente mais poderosas do mundo: a Califórnia. O estado americano está no processo de estabelecer um sistema de limitação e comércio de emissões para o carbono e está em conversação com o governo do Acre sobre a possibilidade de comprar compensações de carbono geradas através das reduções das emissões conquistadas pelo SISA, embora isso tenha se provado controverso.

"Acreditamos que o estado amadureceu e agora pode dar o segundo passo: entrar em um mercado regulado e iniciar suas ofertas de crédito de carbono. Isso mostra que estamos no caminho certo e que nossos ajustes constantes são aceitos e bem sucedidos. Nosso compromisso agora é garantir

que tudo isso traga benefícios e melhorias na qualidade de vida das pessoas", diz Neves.

O Acre também faz parte de um novo órgão, a Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas, que reúne governos de todos os estados amazônicos e o governo federal brasileiro para discutir uma estratégia nacional para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

O Acre não é a única jurisdição brasileira que está fazendo avanços na área. No estado do Amazonas, o Bolsa Floresta é uma iniciativa de conservação florestal baseada em incentivos que inclui a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, primeiro projeto com certificação REDD+ do Brasil. O município de Paragominas, no Pará, reduziu drasticamente o desmatamento através de uma combinação de fiscalização e iniciativas depois de entrar na lista negra em 2008 como um dos 36 maiores desmatadores do país.

A Força Tarefa permite que os estados comparem notas sobre o que funciona e o que não funciona, diz de los Rios.

"É impossível ter a mesma receita para todo estado ou toda região no Brasil", ela comenta. "Mas estamos compartilhando as lições que aprendemos nesse processo."

Espalhando a mensagem

Isso levanta duas questões: o que outros estados brasileiros e outras jurisdições subnacionais em todo o mundo podem colher da experiência do Acre?

De algumas formas, o Acre é um caso especial, com seu histórico de fortes movimentos sociais apoiando a conservação florestal; o assassinato do famoso seringueiro e líder sindical Chico Mendes, chamou atenção

internacional para o Acre e reforçou ainda mais o apoio para as florestas; e os 14 anos de governos estaduais estáveis de persuasão semelhante com a mesma abordagem para o desenvolvimento.

Juntas, elas criaram um contexto político que apoia as políticas de sustentabilidade, diz Rodrigo Neves.

“Podemos compartilhar visões, mas cada área tem sua própria dinâmica social. Então, não há um pacote pronto para usar. Não há uma solução mágica para o problema. Cada área tem que analisar sua própria realidade e suas próprias relações sociais para tornar o processo o mais participativo possível e tentar não deixar nenhuma variável de fora”, afirma.

Mas Neves e de los Rios concordam que há três coisas importantes que o Acre aprendeu que podem reduzir o tempo que outras jurisdições levam para chegar ao mesmo ponto.

Primeiro, eles dizem, a estrutura jurídica é crucial. As reduções de emissões de gases de efeito estufa precisam ser integradas em uma estratégia de desenvolvimento sustentável abrangente.

Segundo, o mapa de zoneamento do Acre feito em 2007, que classificou o solo, a vegetação, as plantações e a organização social de todo o território e demarcou terras para agricultura, manejo sustentável, preservação e uso indígena, tornou a definição da estrutura jurídica muito mais fácil.

Os pequenos produtores de diversas áreas da Amazônia têm suas próprias ideias sobre como REDD+ deve funcionar. Kate Evans/CIFOR.

Finalmente, os dois enfatizam que a consulta ao público e o diálogo constante com a sociedade, têm sido fundamentais para o sucesso do programa.

"Tivemos todos os tipos de reuniões", diz Neves. "Reuniões com representantes de ONGs do Brasil e do exterior, centros de pesquisa e conhecimento, universidades, empresas. E reuniões em áreas remotas, sem serviço de telefonia celular nem acesso à comunicação, para discutir como esse trabalho deveria ser realizado."

"Uma das instituições do SISA é uma comissão conjunta do estado e sociedade, cujo objetivo é garantir a legitimidade social, pois acreditamos que não poderíamos prosseguir sem o apoio do povo local e dos movimentos sociais", ele diz.

Consulta — e crítica

Eduardo Amaral Borges, da ONG PESACRE (Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre), esteve envolvido nas consultas, e diz que este processo é essencial.

"O fato de termos participado dessas consultas não significa que concordamos com 100% das políticas, mas acreditamos que precisamos participar", comenta.

"Como ONG, achamos que sem o envolvimento da sociedade, os programas e políticas não teriam tido sucesso; nem mesmo 10% dos resultados teriam sido obtidos. Não podemos exagerar quanto à importância da sociedade para a coimplementação, desenvolvimento e monitoramento de políticas públicas e programas", continua.

"Isso não significa que depois de doze anos de um projeto político sobre desenvolvimento sustentável, tudo vai perfeitamente bem ou que não haja problemas no Acre. Os desafios continuam, mas houve êxitos, boas coisas que mudaram a situação e a qualidade de vida das famílias das florestas."

CLIPPING 2013

Outros, no entanto, são mais críticos.

Em abril, 25 ONGs e 40 indivíduos principalmente do Acre escreveram uma carta aberta ao governador da Califórnia, em oposição ao REDD+ em princípio, e a qualquer tentativa por parte da Califórnia de comprar as compensações de carbono do Acre.

Entre as queixas, eles discutem que não foram consultados o suficiente sobre a lei SISA.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC

CLIPPING IMC 2014

CLIPPING 2014

Veículo de Comunicação: WWF-BRASIL

Link: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/?40102/wwf-brasil-busca-valorizar-a-borracha-nativa-da-amaznia

Data: 18.06.2014

WWF-Brasil busca valorizar a borracha nativa da Amazônia

Pneus, bolas, tênis, luvas domésticas, elástico... A borracha está presente em mais coisas no nosso dia a dia do que costumamos lembrar, e como é o caso da maior parte dos produtos florestais, só damos importância quando ela falta. A borracha é feita a partir do látex extraído da seringueira (Hevea brasiliensis), que hoje é encontrada em diversos países do mundo, como Malásia, Sri Lanka, boa parte da América do Sul e do continente africano tropical, mas a origem da árvore é a bacia hidrográfica amazônica, onde existia em abundância e com exclusividade.

Uma seringueira produz em média 1,7 kg de látex por mês e 4,5 litros por ano e em cada estrada de seringa – trilha de cerca de 1 ha aberta na floresta para ter acesso às seringueiras – existem aproximadamente 100 árvores de seringa. Para que as seringueiras mantenham-se vivas e saudáveis na Amazônia, é necessário que estejam em meio à floresta. As experiências locais de monocultivo são recentes, porém nada se compara ao ambiente natural das árvores.

Como forma de ajudar a manter um bilhão de árvores em pé, garantindo a sobrevivência das seringueiras e o sustento econômico dos produtores locais, o projeto Protegendo Florestas (Sky RainforestRescue) – parceria entre o WWF-Brasil, WWF-Reino Unido, a rede de TV britânica Sky e o Governo do

Acre – tem ajudado a melhorar as condições de mercado da borracha nativa da Amazônia, assim como de outros produtos locais, como o açaí e o pirarucu. Desta forma, as pessoas podem sobreviver sem precisar desmatar grandes áreas ou causar danos à Floresta Amazônica. Porém, dentre os principais gargalos dos produtos extrativistas, encontram-se a pequena escala de produção, a sazonalidade dos produtos, a alta qualidade exigida pela demanda – onde muitas vezes é difícil manter um padrão –, bem como a falta de mercados que entendam e saibam lidar com essas peculiaridades.

No final de março, o WWF-Brasil realizou reuniões com diversos atores que podem ser potenciais parceiros na valorização da borracha nativa do Acre, como a empresa Mercur, que visitou a área do projeto em maio para elaborar um contrato de compra e venda com a Cooperativa Agroextrativista de Tarauacá. Essa estratégia visa estabelecer relações comerciais justas, onde as organizações têm autonomia e capacidade de liderar os processos diretamente com as empresas. Além disso, houve uma visita ao Centro de Tecnologia em Polímeros do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, onde foi discutida a possibilidade de elaboração de um projeto para o desenvolvimento de uma linha de produtos específicos utilizando a FDL (Folha Líquida Defumada) como matéria-prima.

Outro avanço foi a conversa com o Laboratório de Tecnologia Química da Universidade de Brasília (Lateq/UnB), que já tem estudos com cosméticos e alimentos dentro do contexto de valorização dos produtos da floresta e foi fundamental no âmbito do projeto Protegendo Florestas no desenvolvimento de tecnologias que agregam maior valor econômico à borracha amazônica (como é o caso da FDL e da Folha Semi-Artefato – FSA) e melhoram a qualidade de vida dos moradores da floresta. Alternativas tecnológicas para a diminuição do odor da borracha e melhoria da qualidade também estão sendo desenvolvidas

e em breve serão disseminadas aos seringueiros. Kaline Rossi, analista de conservação do WWF-Brasil, afirma que “com a perspectiva de produção de 10 a 30 toneladas, o estabelecimento de linhas de produtos específicos e a inclusão das mulheres dentro do processo produtivo (característica forte da cadeia da FDL e FSA), o seringueiro e as comunidades garantirão sua independência e autonomia financeira nos próximos anos, além de cuidarem e manterem a floresta em pé. Essa viagem foi um importante passo nesse sentido”.

Protegendo Florestas

O projeto Protegendo Florestas (Sky RainforestRescue) é uma parceria entre WWF-Brasil, WWF-Reino Unido, a rede britânica de TV Sky e o Governo do Acre que busca dar alternativas aos moradores locais para viver da floresta sem precisar desmatar. Desde 2009, o projeto vem desenvolvendo ações de apoio ao Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais do Acre (Sisa), ao Programa de Certificação Ambiental de propriedades rurais familiares, e às cadeias produtivas agroextrativistas nos municípios de Manoel Urbano, Feijó e Tarauacá, no estado do Acre. Em 2013, o projeto foi condecorado com o prêmio de melhor parceria de caridade no Business CharityAwards, em Londres.

CLIPPING 2014

Veículo de Comunicação: SOS Amazônia

Link: http://sosamazonia.org.br/conteudo/sos-amazonia-e-imc-vao-realizar-oficina-sobre-o-sisa/

Data: Agosto de 2014

SOS Amazônia e IMC vão realizar oficina sobre o SISA

A SOS Amazônia e o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre (IMC) realizam entre os dias 21 e 23 de agosto, a partir das 8 horas, no Centro de Treinamento da Diocese, Cruzeiro do Sul, oficina sobre Mudanças Climáticas Globais, Florestas e Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre (SISA).

Destinada às lideranças comunitárias e extrativistas do Vale do Juruá, a oficina tem por objetivo geral sensibilizar os produtores rurais em relação aos mecanismos de incentivos por serviços ambientais no contexto acreano, além de divulgar e difundir o SISA.

A oficina será mediada pelo engenheiro ambiental AyriRando e contará com a participação da diretora-presidente do IMC, Magaly Medeiros.

Essa ação tem apoio financeiro do KFW Bankengruppe.

CLIPPING 2014

Veículo de Comunicação: Instituto Federal do Estado do Acre

Link: http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000

Data: 02.08.2013

Instituto de Mudanças Climáticas é mais um colaborador do IFAC

O reitor do Instituto Federal do Acre (IFAC), Breno Silveira, assinou, na manhã desta sexta-feira (02), mais um Termo de Cooperação que irá fortalecer experiências técnicas, científicas, profissionais e educacionais, desta vez, a entidade é o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Estado do Acre (IMC).

O Diretor-Presidente do IMC, Eufran Ferreira do Amaral, foi recebido pelo reitor e a equipe da Pró-reitoria de Inovação (PROIN), Luís Pedro de Melo Plese, pró-reitor, CharlysRoweder, diretor de Pesquisa Aplicada, Elaine Cristina Otsubo Sanchez, coordenadora de Projetos e Serviços Tecnológicos.

*Fotos: Luiz Mequista/IMC-Assessoria

CLIPPING 2014

Referência na área, o IMC irá proporcionar ao IFAC na contribuição em trabalhos relacionados aos Estudos de Mudança Climáticas e Usos da Terra, no Desenvolvimento de Atividades ligadas à Emissões Antrópicas e Sumidouros de Gases do Efeito Estufa, Inventário detalhado de setores do Transporte, Energia, Agropecuária, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos entre outros.

Para o diretor Eufran Amaral, os avanços na pecuária e produção agrícola merecem estudos mais detalhados, e o IFAC, como produtor de conhecimento, profissionalização, e com transferência de tecnologia, será um parceiro ideal nessas experiências. Ele destacou ainda, o ritmo de crescimento do IFAC nesses três anos de existência.

Neste ano, foram firmados termos de cooperação com instituições como Embrapa, Ibama, Funtac, Polícia Militar, para promover capacitações e proporcionar a alunos e servidores pesquisadores a troca de experiências e utilização de laboratórios, além da transferência de tecnologia.

CLIPPING 2014

Veículo de Comunicação: SOS Amazônia

Link: http://sosamazonia.org.br/conteudo/sos-amazonia-e-imc-realizam-oficina-sobre-floresta-e-clima-em-porto-walter/

Data: 08.09.2014

SOS Amazônia e IMC realizam oficina sobre floresta e clima em Porto Walter

Depois de capacitar lideranças de Cruzeiro do Sul em agosto, a SOS Amazônia e o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre (IMC) vão realizar entre os dias 16 e 18 de setembro, a partir das 8 horas, na Escola de Ensino Fundamental Manoel Moreira Pinheiro, Porto Walter, oficina sobre Mudanças Climáticas Globais, Florestas e Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre (SISA).

Destinada às lideranças comunitárias e extrativistas do Vale do Juruá, a iniciativa tem por objetivo geral sensibilizar os produtores rurais em relação aos mecanismos de incentivos por serviços ambientais no contexto acreano, além de divulgar e difundir o SISA.

Mediada pelo engenheiro ambiental AyriRando, a oficina tem os seguintes objetivos específicos: nivelar conhecimentos no tema; entender o conceito de serviços ambientais, dos tipos de serviços ambientais e de CSA e PSA; compartilhar iniciativas de CSA e PSA existentes; divulgar o SISA; preparar o público para consulta pública futura pertinente ao subprograma da agricultura familiar e/ou ao subprograma extrativista, subprogramas estes da esfera do programa ISA Carbono; entender a problemática relativa às mudanças climáticas, identificando possíveis impactos e alternativas de soluções. Essa ação tem apoio financeiro do KFW Bankengruppe.

CLIPPING 2014

Veículo de Comunicação: JUSBRASIL

Link:http://carollinasalle.jusbrasil.com.br/noticias/112084214/acre-sera-pioneiro-na-america-latina-em-analise-conjunta-do

Data: 08.11.2014

Acre será pioneiro na América Latina em análise conjunta do clima, meio ambiente e saúde

*Publicado por Carolina Salles

Apesar de parecerem independentes, fatores como o clima, meio ambiente e saúde pública estão intimamente relacionados. Tanto é assim que uma ferramenta capaz de gerar análises integradas entre os mesmos proporcionaria maior entendimento e previsibilidade no que se refere às mudanças climáticas em andamento, alteração de ecossistemas e incidência de doenças tropicais.

Tal ferramenta existe e chama-se PULSE - Plataform for UnderstandingLong-TermSustainabilityofEcosystemsandHealth.Projeto de cooperação entre o Reino Unido e o Brasil elaborado pela Universidade de Exeter, Instituto de Pesquisas Espaciais-Inpe, Fundação Oswaldo cruz (Fiocruz), em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente (Sema), Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac)/Ucegeo e Secretaria de Saúde (Sesacre), o PULSE é uma plataforma online que permite visualização integrada de dados de clima, meio ambiente e saúde humana. Disponibilizado de forma gratuita, o sistema fará parte de um projeto que executará análises acuradas nos próximos três anos, sendo adaptado às contingências do território acreano, primeiro estado brasileiro a usar uma

plataforma.

A assinatura do convênio entre as instituições encarregadas do projeto (Universidade de Exeter/UK, Sema, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Fiocruz) ocorreu na tarde da última quarta-feira, dia 6, no auditório da Secretaria da Fazenda, (Sefaz) contando com a presença de diversas autoridades ligadas ao meio ambiente, saúde e defesa civil.

Segundo Luiz Aragão, pesquisador da Área de Sensoriamento Remoto do Inpe, o PULSE tem capacidade para analisar e gerar previsibilidade em toda a Amazônia, sendo o Acre escolhido para a experiência piloto graças à políticas públicas que o colocam na vanguarda das ações ambientais, além de possuir trabalhos conjuntos com os parceiros envolvidos. “A plataforma terá muita valia para o Acre, porque ajudará na tomada de decisão em casos extremos, garantindo maior organização e resposta, além de menores custos. Estaremos trabalhando com modelos climáticos de instituições e pesquisadores internacionais, conjugando estes dados e estudos com aqueles que nós, já possuímos no Brasil”.

Para Vera Reis, coordenadora da Unidade de Situação de Monitoramento de Eventos Hidrometeorológicos do Acre, a Plataforma Pulse vem complementar e fortalecer o trabalho já iniciado pelas instituições da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais, integrando-se aos sistemas de alerta já implementados (Cota online e TerraMA2), com previsão de médio e de longo prazo, além da organização do banco de dados que poderá ser utilizado para outras finalidades, além da pesquisa.

CLIPPING 2014

Veículo de Comunicação: JUSBRASIL

Link: http://carollinasalle.jusbrasil.com.br/noticias/112084195/meio-ambiente-e-homenageado-na-assembleia-legislativa-do-acre?ref=topic_feed

Data: 08.11.2014

Meio Ambiente é homenageado na Assembleia Legislativa do Acre

A Assembleia Legislativa do Acre (Aleac) realizou na manhã desta quinta-feira, 7, sessão solene em homenagem aos órgãos ambientais do Acre - Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), em especial o Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), pelos serviços prestados ao Estado. A homenagem foi fruto de um requerimento apresentado pelos deputados Ney Amorim (PT) e Marileide Serafim (PSL) e reuniu servidores, técnicos e gestores.

Representando o governador Tião Viana no ato, o ex-diretor do Imac e atual secretário de Meio Ambiente, Edegard de Deus, parabenizou a deputada Marileide Serafim pela iniciativa de homenagear o instituto e discorreu sobre a política ambiental adotada no Acre, que, de acordo com o secretário, visa a proteção e o uso sustentável da floresta, gerando emprego e renda para a população local.

Edegard, presidente do Imac nos dois mandatos do ex-governador Jorge Viana, relembrou os princípios norteadores daquela época que rendem resultados até hoje: “Nossas florestas são nossas maiores riquezas, e um dos conceitos adotados pelo então governador Jorge Viana, à época, foi seu uso de forma sustentável. Tivemos que construir uma política ambiental para este Estado, que antes não exista”, declarou.

CLIPPING 2014

O secretário de Meio Ambiente pontuou como fundamental a construção do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), um dos instrumentos mais completos de política ambiental. O ZEE tem se destacado como uma das principais ferramentas utilizadas para orientar as políticas públicas da Amazônia, definindo as potencialidades e a fragilidade do território.

“O zoneamento foi importantíssimo nesse projeto, pois nos deu uma radiografia de nossas riquezas e a dimensão do uso correto delas, sem prejuízo para o meio ambiente. Hoje, conseguimos preservar 87% das nossas florestas, e este mandato do governador Tião Viana, além de potencializar o uso da floresta, tem incentivado o uso sustentável dos 13% das áreas abertas com piscicultura, criação de pequenos animais, florestas, plantas, fruteiras e outros”, declarou o secretário.

O atual presidente do Imac, Fernando Lima, agradeceu a homenagem prestada pela deputada Marileide, destacou os relevantes serviços prestados pelo instituto nesses últimos anos e parabenizou toda a equipe do órgão pelo desempenho nos serviços prestados, além de reafirmar o compromisso da direção com o desenvolvimento do Estado.

“Fizemos o licenciamento da “Cidade do Povo” e do “Centro de Piscicultura” - citando esses dois apenas para mostrar que o Imac sempre está presente nos grandes empreendimentos do Acre”, declarou.

A deputada relembrou o tempo em que trabalhou no Imac e elogiou os serviços prestados por todos os servidores da instituição. “É uma honra muito grande ter feito parte dessa equipe tão dinâmica e responsável. O Imac tem contribuído muito com o Estado”, declarou.

O vice-presidente da Aleac, Moisés Diniz, foi outro parlamentar que elogiou o Imac: “O comprometimento dos servidores é evidente e é por isso que as coisas dão certo”.

CLIPPING 2014

Veículo de Comunicação: WWF-BRASIL

Link: http://www.wwf.org.br/informacoes/?uNewsID=40743

Data: 11.08.2014

Acre sedia reunião internacional sobre desenvolvimento com baixas emissões de carbono

De 11 a 14 de agosto acontece em Rio Branco, no Estado do Acre, a Reunião Anual da Força Tarefa dos Governadores pelo Clima e Florestas (GCF). O evento busca avançar na construção de programas subnacionais de desenvolvimento com baixas emissões de carbono e de redução das emissões por desmatamento e uso da terra (REDD+) nos trópicos, dentre outras iniciativas.

O GCF é uma colaboração subnacional entre 22 Estados e Províncias do Brasil, Espanha, Estados Unidos, Indonésia, México, Nigéria e Peru. A cooperação foi criada em 2008 e atualmente é um dos principais esforços de incorporação do REDD+ em políticas subnacionais, nacionais e internacionais. Mais de 25% das florestas tropicais do planeta estão no território dos membros desta Força Tarefa.

Em 2014, o Estado do Acre está na Presidência do GCF, que é rotativa desde sua formação. Já passaram pelo cargo os estados da Califórnia (2009), Amazonas e Pará (2010), Aceh (2011), Chiapas (2012) e Madre de Dios (2013). Sob a liderança do Acre, as atuais prioridades da Força Tarefa incluem:

- Completar um amplo plano estratégico do GCF (GCF 2020);
- Aumentar os esforços de treinamento e capacitação em seus Estados e Províncias;

- Apoiar o aprendizado, sinergias e fortalecer as redes de apoio para desenvolvimento de baixas emissões nas jurisdições da Força Tarefa;
- Assegurar fundos adicionais para os programas membros e para o Fundo GCF;
- Facilitar a difusão de inovação entre os membros GCF; e
- Ajudar a construir consensos globais e políticas inovadoras sobre desenvolvimento de baixas emissões.

Com apoio técnico do WWF-Brasil e de outras organizações da sociedade civil brasileira, os seis estados do Brasil que fazem parte do GCF (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Tocantins) apresentaram em 2014 uma proposta inovadora de distribuição de Unidades de Redução de Emissões (UREDD+) para sanar as lacunas entre os estados com grandes diferenças nas taxas de desmatamento histórico.

Os governos estaduais da Amazônia Brasileira têm feito reduções significativas no desmatamento, contribuindo com 3,5 bilhões de toneladas de CO2 em emissões evitadas entre 2006 e 2012. A proposta destaca o consenso alcançado pelos estados amazônicos do GCF no Brasil sobre os principais elementos que deveriam ser incorporados na Estratégia Nacional de REDD+, que será apresentada na Conferência das Partes (COP) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), que será realizada em dezembro de 2014 em Lima, no Peru.

De acordo com Ricardo Mello, coordenador adjunto do Programa Amazônia do WWF-Brasil, o evento pode mostrar a importância do protagonismo de Estados e Províncias nas discussões climáticas, especialmente em regiões guardiãs das florestas tropicais do mundo, como é o caso do Acre, e influenciar positivamente a agenda climática internacional. Mello ressalta que “tanto a COP deste ano quanto os acordos vinculantes que

deverão ser estabelecidos em Paris no próximo ano serão dois marcos fundamentais para decidirmos o futuro global que queremos. E o WWF-Brasil trabalhará nestes espaços para que as decisões sejam socialmente justas, ambientalmente corretas, e levem em conta as necessidades da nossa geração, bem como das próximas".

CLIPPING 2014

Veículo de Comunicação: WWF-BRASIL

Link: http://www.wwf.org.br/informacoes/?40743/acre-sedia-reunio-internacional-sobre-desenvolvimento-com-baixas-emisses-de-carbono

Data: Agosto de 2014

Acre é pioneiro na política de incentivo a serviços ambientais

O Estado do Acre tem uma história longa de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável com ética socioambiental, se antecipando nas iniciativas nacionais, que começaram no Brasil com a Rio 92. O WWF-Brasil apoiou a criação e implementação da Lei do Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Acre (SISA), aprovada e sancionada pela Assembleia Legislativa do Estado em 2010. Assim foi estabelecido um sistema de incentivos para uma gama de serviços ambientais, incluindo carbono florestal, recursos hídricos, beleza cênica, regulação do clima, conservação da biodiversidade, dentre outros.

Em 2013, o WWF-Brasil lançou uma publicação sobre o SISA, que é considerada a política pública de REDD+ jurisdicional mais avançada em todo o mundo. O estudo faz uma análise do desenho e do processo de construção do programa, contribuindo com subsídios para sua implementação e identificando lições relevantes para o desenho de outros regimes de REDD+. A publicação está disponível para download nos links ao lado.

CLIPPING 2014

Veículo de Comunicação: WWF-BRASIL

Link://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/governadores_pelo_clima_e_florestas/

Data: Agosto de 2014

Reunião Anual da Força Tarefa dos Governadores pelo Clima e Florestas

Rio Branco (AC) é a sede da Reunião Anual da Força Tarefa dos Governadores pelo Clima e Florestas (GCF). De 11 a 14 de agosto, os delegados de 22 Estados e Províncias de sete países discutem formas de avançar na construção de programas subnacionais de desenvolvimento com baixas emissões de carbono e de redução das emissões por desmatamento e uso da terra (REDD+) nos trópicos, dentre outras iniciativas.

O GCF é uma colaboração subnacional entre 22 Estados e Províncias do Brasil, Espanha, Estados Unidos, Indonésia, México, Nigéria e Peru. A cooperação foi criada em 2008 e atualmente é um dos principais esforços de incorporação do REDD+ em políticas subnacionais, nacionais e internacionais. Mais de 25% das florestas tropicais do planeta estão no território dos membros desta Força Tarefa.

O Estado do Acre, atual Presidente da Força Tarefa, tem uma história longa de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável com ética socioambiental. O WWF-Brasil tem trabalhado em parceria com o governo local dando suporte às cadeias produtivas florestais, às práticas agroecológicas sustentáveis, à remuneração de pequenos produtores por performance ambiental e à criação e consolidação de áreas protegidas.

Além disso, o WWF apoiou a criação e implementação da Lei do

CLIPPING 2014

Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Acre (SISA), que é considerada a política pública de REDD+ jurisdicional mais avançada em todo o mundo. O sistema apoia uma ampla gama de serviços ambientais, incluindo carbono florestal, recursos hídricos, beleza cênica, regulação do clima, conservação da biodiversidade, dentre outros.